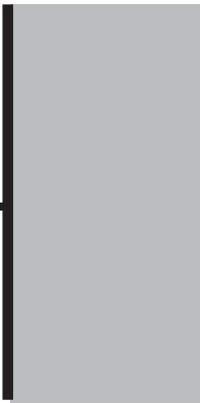


Área de Transportes e Obras Públicas



Índice

Primeira Parte - Balanço da Acção Governativa no ano de 2011

1. Cooperação Regional	352
1.1 Promoção do estudo do planeamento regional e início da consulta para melhorar a sua elaboração	352
1.2 Reforço da construção de portos e das infra-estruturas transfronteiriças, aperfeiçoamento da passagem alfandegária e facilitação do trânsito.....	353
2. Planeamento Urbanístico	356
2.1 Implementação do Plano das Novas Zonas Urbanas de acordo com o calendário	356
2.2 Melhoramento do ambiente dos bairros antigos com a implementação dos planos urbanos	357
3. Habitação	357
4. Gestão de solos	360
5. Urbanização	361
5.1 Verificação dos resultados preliminares no combate às obras ilegais.....	361
5.2 Continuação de lançamento de directivas para encurtar o tempo da apreciação.....	361
5.3 Elevação do grau de eficiência administrativa através da revisão legislativa.....	362
5.4 Obras públicas	362
5.4.1 Melhoria das instalações comunitárias e optimização do ambiente comunitário.....	362
5.4.2 Ligar a rede viária, aperfeiçoar o ambiente de circulação	363
6. Trânsito e Transportes	363
6.1 Transportes terrestres.....	363
6.2 Construção do Metro Ligeiro.....	365
6.3 Assuntos portuários.....	366
6.4 Aviação.....	366
7. Protecção do ambiente e energia	367
7.1 Protecção do Ambiente	367
7.2 Gestão de recursos de água.....	369
7.3 Políticas energéticas.....	370

8. Políticas de Telecomunicações, Correios e Tecnologia	371
8.1 Telecomunicações	371
8.2 Correios e Tecnologia	372

Segunda Parte - Linhas de Acção Governativa para 2012

1. Introdução	374
2. Cooperação regional	375
2.1 Aproveitamento das novas oportunidades de desenvolvimento definido no "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau" para o estabelecimento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer	375
2.2 Concretização dos resultados do estudo do planeamento urbanístico para elevar o nível da qualidade de vida.....	376
2.3 Atingir com todo o esforço a meta de construção do Novo <i>Campus</i> da UM	377
2.4 Implementação ordenada e articulada das infra-estruturas transfronteiriças, como elemento impulsionador da integração regional	377
2.4.1 Trânsito terrestre transfronteiriço	378
2.4.2 Abordagem da gestão dos veículos em trânsito transfronteiriço	378
2.4.3 Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau	379
2.4.4 Passagem subaquática pedonal entre o Porto Interior e a Ilha da Lapa (Wanchai), em Zhuhai.....	379
2.5 Aperfeiçoar as medidas de contingência para o abastecimento de água, avançar a construção das instalações hídricas.....	379
2.6 Novo progresso na cooperação ambiental. Desenvolvimento progressivo do sector energético.....	380
2.7 Aprofundar a cooperação regional e partilhar os resultados decorrentes do desenvolvimento das telecomunicações.....	381
3. Planeamento Urbanístico	381
3.1 Implementar o regime legal para aperfeiçoar o plano urbanístico	381
3.2 Lançamento dos trabalhos de elaboração do Plano Director Urbanístico em articulação com a futura configuração de desenvolvimento urbano.....	382
3.3 Realização de ampla auscultação pública e elaboração do plano director das novas zonas urbanas.....	382

3.4 Com Base nos regimes legais, proceder cientificamente a Plano dos Bairros Antigos.....	383
3.5 Estudo sobre outros projectos fulcrais.....	384
3.5.1 Plano conceptual urbanístico geral e ambiental do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e da zona adjacente.....	384
3.5.2 Estudo sobre “Klimaatlas” (Atlas do clima) de Macau.....	384
3.5.3 Sistema de visionamento “Digital Macau” a 3 Dimensões.....	384
4. Habitação.....	385
4.1 Aceleração da construção de habitação pública e atribuição de habitação.....	385
4.2 Recolha alargada de opiniões, definição das estratégias para desenvolvimento de habitação pública.....	386
4.3 Aperfeiçoamento das instalações de apoio para elevar a qualidade da administração de condomínios.....	386
4.4 Prestação contínua de serviços de apoio, melhoramento dos planos de apoio financeiro.....	387
4.5 Regular as actividades imobiliárias, Promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.....	387
5. Gestão de solos.....	388
5.1 Monitorizar eficazmente o aproveitamento dos terrenos através de aplicação de tecnologia.....	388
5.2 Concluir a versão final da Lei de Terras e a sua entrada no procedimento de produção legislativo no próximo ano.....	389
6. Urbanização.....	389
6.1 Revisão contínua da legislação, melhoramento de directivas e intensificação do combate às obras ilegais.....	390
6.2 Criação de um sistema de localização e monitorização para acompanhar o tratamento de obras ilegais e edifícios em estado de degradação.....	391
6.3 Estabelecimento de mais critérios e directivas no âmbito de apreciação dos projectos no intuito de otimizar os procedimentos de apreciação dos mesmos....	391
6.4 Construções Urbanas.....	392
6.4.1 Aperfeiçoamento de infra-estruturas em articulação com o desenvolvimento acelerado da sociedade.....	392
6.4.2 Aperfeiçoamento da rede viária, embelezamento das ruas e reforço das instalações comunitárias.....	392

6.4.3	Revisão dos mecanismos de fiscalização de obras para assegurar a sua execução	393
7.	Trânsito e Transportes	394
7.1	Política de transportes terrestres.....	394
7.1.1	Definição científica da política de controlo de veículos, construção de uma cidade verde e ecológica.....	394
7.1.2	Os trabalhos de construção do Metro Ligeiro atingiram um novo marco.....	395
7.1.3	Inovação do modelo de serviços dos autocarros e melhoria das condições de exploração dos táxis.....	396
7.1.4	Alargamento dos espaços de estacionamento e criação de uma plataforma de informação	397
7.1.5	Entrada em funcionamento do Centro de Controlo e Informação de Tráfego e desenvolvimento do sistema de tráfego inteligente.....	398
7.1.6	Optimização das instalações de instrução e de exames de condução e elevação da qualidade de inspecção dos veículos	398
7.1.7	Serviços mais convenientes para os cidadãos e implementação ordenada do diploma legal do trânsito	399
7.2	Assuntos portuários	399
7.2.1	Aperfeiçoar as condições de navegação, reforçar a capacidade de controlo...	400
7.2.2	Racionalizar a gestão dos terminais marítimos, preparar activamente as instalações <i>software</i> e <i>hardware</i>	400
7.2.3	Divulgar a cultura marítima através de um Jardim-Museu Marítimo	401
7.3	Aviação.....	401
7.3.1	Promover o desenvolvimento do transporte aéreo e concretizar o plano de desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau.....	402
7.3.2	Reforçar a gestão de segurança aérea.....	403
8.	 Protecção do ambiente e política de energia	404
8.1	Protecção do ambiente	404
8.1.1	Reforço do controlo de poluição para a melhoria da qualidade de ar de Macau.....	404
8.1.2	Optimização de infra-estruturas ambientais. Melhoramento do processo de tratamento de resíduos	406
8.1.3	Reforço da monitorização ambiental, através do estabelecimento de medidas de controlo.....	406

8.1.4	Concretização do planeamento ambiental. Promoção da avaliação do impacte ambiental.....	407
8.1.5	Reforço de estudos específicos. Melhoramento dos sistemas de dados ambientais.....	407
8.1.6	Sensibilização e educação sustentada e diversificada. Promoção de um estilo de vida mais ecológico	408
8.1.7	Promoção de planos de apoio financeiro. Criação de plataforma da indústria verde.....	408
8.1.8	Garantir a segurança no abastecimento de água, construir uma cidade economizadora de água.....	409
8.2	Políticas energéticas.....	410
8.2.1	Avanço na reforma do mercado eléctrico e garantia de transmissão segura e estável da electricidade.....	410
8.2.2	Aperfeiçoamento das bases legais do gás de cidade e expansão no âmbito do fornecimento de gás natural.....	411
8.2.3	Alargamento da aplicação das energias renováveis e aumento da eficácia da conservação energética no domínio público	412
8.2.4	Aperfeiçoamento do mecanismo de supervisão da armazenagem provisória de combustíveis e reforço da supervisão das instalações de armazenamento de combustíveis.....	413
9.	Políticas de Telecomunicações, Correios e Tecnologia.....	413
9.1	Política de telecomunicações.....	413
9.1.1	Olhar para o futuro, promover o desenvolvimento sustentável do mercado das telecomunicações	413
9.1.2	Consolidar os alicerces, melhorar as infra-estruturas de telecomunicações.....	414
9.2	Política Postal.....	415
9.2.1	Optimizar as infra-estruturas e a qualidade dos serviços.....	415
9.2.2	Desenvolver o papel de Macau como plataforma de serviços postais e promover as potencialidades do sector.....	415
9.3	Política da Ciência e Tecnologia.....	416
9.3.1	Avançar na divulgação da ciência e apoiar projectos de estudo científico.....	416
9.3.2	Reforçar cooperação e o intercâmbio com o exterior e apoiar os laboratórios de referência do Estado	417
10.	Conclusão.....	417

Primeira Parte

Balanço da Execução da Acção Governativa no ano 2011

A assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, em 2011, simboliza a concretização da posição da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) como Centro Mundial de Turismo e Lazer conferido pelo Estado, marcando o início de uma nova fase de cooperação regional. Durante o ano de 2011, nesta área de governação, o Governo da RAEM seguiu a filosofia de “continuar as acções governativas herdadas do passado e acrescentadas ainda de ideias inovadoras” na execução dos trabalhos na área da cooperação regional, planeamento urbano, gestão de solos, edificação urbana, trânsito e transportes, protecção do ambiente, habitação pública, etc., tendo sido concebidas políticas de longo prazo e planos de coordenação e no mesmo passo realizado o aperfeiçoamento dos regimes com o objectivo da conquista da posição de Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Fazendo, agora uma retrospectiva sobre o ano transacto, relativamente a esta área de governação, podemos concluir o seguinte:

1. Cooperação Regional

Nas “Linhas Gerais do 12.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Socioeconómico Nacional da República Popular da China”, adoptadas nas sessões da Assembleia Popular Nacional (APN) e na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), realizadas em 2011, foi acolhido como objectivo principal a “cooperação entre Guangdong e Macau”.

O Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, pretende tornar Macau num destino mundial famoso de turismo e lazer, bem como intensificar o intercâmbio e cooperação entre Guangdong e Macau.

Nos últimos anos, objectivando a concretização das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008-2020)”, Macau tem alcançado o aprofundamento das relações de cooperação com outras regiões do Delta do Rio das Pérolas. Nessa sequência, as oportunidades de cooperação regional foram aperfeiçoadas, as áreas de cooperação foram alargadas, sendo que os resultados de cooperação são visíveis através da prosperidade e o desenvolvimento socioeconómico da Região.

1.1 Promoção do estudo do planeamento regional e início da consulta para melhorar a sua elaboração

No ano de 2010, foi dado início aos trabalhos conjuntos Guangdong e Hong Kong para a elaboração do “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Quali-

dade” e do “Plano de Acção para a Zona da Baía do Estuário do Rio das Pérolas”, tendo os mesmos se prolongado durante o ano de 2011. No que respeita ao primeiro Plano, pretende concluir-se no início de 2012, todos os trabalhos relativos à sua elaboração.

No que concerne ao segundo Plano, entre os meses de Agosto a Outubro do corrente ano, foi efectuada nas três regiões, em simultâneo, a 2.ª Fase da Consulta Pública, e as três regiões irão convocar uma conferência de imprensa conjunta, no final de Novembro.

Em Abril do corrente ano, tiveram início os trabalhos preparatórios do estudo do “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas” e do “Planeamento do Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau”.

As duas Partes, Zhuhai e Macau, procuram de uma forma célere dar início à elaboração do projecto, e implementá-lo de acordo com o calendário estipulado e ao plano de execução, de forma a desenvolverem, em conjunto, a área metropolitana da margem ocidental do estuário do Rio das Pérolas, aproveitando o papel de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e de plataforma regional de serviços comerciais, para reforçar a coordenação do planeamento das zonas dos novos aterros de Macau e da zona comercial de Shizimen de Zhuhai.

1.2 Reforço da construção de portos e das infra-estruturas transfronteiriças, aperfeiçoamento da passagem alfandegária e facilitação do trânsito

Estando prevista para o final de 2016 a conclusão das obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, os serviços competentes das três regiões acordaram concluir a elaboração do plano de controlo de veículos em circulação na ponte até ao final de 2013.

Deu-se também início à realização de previsões e estudos sobre o transporte transfronteiriço, aquando a entrada em funcionamento da ponte, procedendo-se a negociações sobre a gestão dos serviços respeitantes aos veículos oficiais, veículos de transporte de passageiros e mercadorias e autocarros vai vem para a passagem dos postos fronteiriços.

Em paralelo, através de um estreito intercâmbio, procederam-se aos estudos do planeamento da rede viária que liga a ponte às zonas vizinhas assim como aos estudos da instalação de equipamentos. Esperando-se um aumento da interacção entre as três regiões no que respeita à política do trânsito transportes em vigor, pretende-se concretizar o mais brevemente possível o planeamento do trânsito da rede viária da periferia da ponte e acelerar a elaboração dos regulamentos e planos para controlo dos transportes transfronteiriços.

Quanto à construção de aterro da Ilha Artificial Fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, desde finais de 2009, que as obras têm progredido de modo satisfatório, sendo já visível uma parte do dique da zona portuária do lado de Macau.

Iniciou-se na ilha artificial a execução dos trabalhos de fecho dos segmentos de protecção costeira, enrocamento em blocos de pedra e execução da camada de filtro invertido ao longo do talude interno, bem como a cravação de drenos plásticos ao longo da zona mural da ilha, prevendo-se que estejam concluídos no final de 2012. Por sua vez, o Estudo Prévio das infra-estruturas do posto fronteiriço do lado de Macau já foi concluído, estando de momento a realizar-se o aprofundamento do projecto.

A construção do Novo *Campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) tem decorrido de forma programada. Por outro lado, a construção do túnel subaquático exclusivo para a Universidade de Macau, teve início em Novembro de 2010, desenvolvendo-se as obras de acordo com o projecto planeado, sendo a obra de ensecadeira sido integralmente concluída no terceiro trimestre de 2011. No que concerne à obra da estrutura principal do túnel, as obras do segmento do túnel no lado de Macau foram iniciadas integralmente em Junho, sendo que as do segmento da Ilha da Montanha (Hengqin) e troço subaquático, tiveram início no terceiro trimestre.

Relativamente ao túnel pedonal subaquático de ligação entre o Porto Interior de Macau e a Lapa (WanChai), do município de Zhuhai, os Governos de Macau e de Zhuhai, no âmbito do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, vão iniciar-se estudos de viabilidade sobre a ligação pedonal à estação do metro ligeiro da Barra e acelerar a conclusão da proposta do túnel, em conformidade com o princípio de benefício e cooperação mútua.

No intuito de reforçar a articulação entre Zhuhai e Macau, atinente ao planeamento dos transportes públicos urbanos, deu-se início ao estudo de viabilidade sobre a circulação dos transportes públicos entre Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), que permita promover a acessibilidade directa ao sistema de transportes públicos.

Para concretizar a inter-comunicabilidade na utilização dos passes nos transportes públicos de Macau, Guangdong e Hong Kong, está em curso o estudo sobre o modelo de exploração e funcionamento do sistema dos passes de Hong Kong e das províncias e cidades do interior da China. Além disso, está a ser feita uma abordagem sobre a viabilidade da sua integração no âmbito dos transportes públicos do Delta do Rio das Pérolas.

Por outro lado, para proceder de forma adequada à emissão de cartas de condução, estão a ser efectuados estudos relativos à emissão de cartas de condução de veículos ligeiros, à gestão dos veículos com autorização temporária para passagem da fronteira, bem como a elaboração de regulamentação sobre a gestão de veículos de Macau que entram e saem da Ilha da Montanha (limitado a veículos que circulem dentro da Ilha da Montanha), tal como previsto no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Na sequência da reunião realizada em Dezembro do ano passado com um painel de peritos, as partes reactivaram o mecanismo de reciprocidade da troca de carta de condução da categoria de automóvel ligeiro entre Guangdong e Macau e elaboraram o “plano de reciprocidade da troca de carta de condução da categoria de automóvel ligeiro entre Guangdong e Macau”, para ser estudado por Guangdong, tendo em vista a elaboração de uma proposta funcional e viável.

Para a elaboração dos regulamentos sobre a gestão de veículos motorizados de Macau que entram e saem da Ilha da Montanha, foram iniciados estudos para a implantação de um sistema que se ajuste à situação de Macau.

No que respeita à articulação e ligação entre os sistemas de transporte por carril, foi concluído o estudo de viabilidade a fim de estender o itinerário do metro ligeiro até ao posto fronteiriço de Macau na Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau no terceiro trimestre deste ano, estando a elaborar-se o relatório final. No tocante à construção dos postos fronteiriços, para acompanhar as futuras exigências do transporte marítimo de passageiros e o desenvolvimento do sector turístico, o Terminal Marítimo da Taipa passará a ser o maior porto marítimo da RAEM. Está prevista a conclusão de parte das obras e a realização da vistoria, para efeitos de recepção do Terminal Marítimo da Taipa, para o quarto trimestre de 2011.

Para impulsionar a diversificação do sector industrial, foi criada neste ano, a Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, com o objectivo de estabelecer um mecanismo capaz de fomentar o desenvolvimento do mesmo, congregando as opiniões e o apoio dos serviços públicos e representantes dos vários sectores sociais, encontrar um mecanismo de aperfeiçoamento da cooperação entre Guangdong e Macau, no sector logístico, e organizar em conjunto com Guangdong a “Feira de Cooperação do Sector Logística”, reforçando deste modo o intercâmbio de informação e tecnologia do sector de ambas as Partes fomentando, a cooperação do sector logístico a nível regional.

No que diz respeito ao avanço das obras de abastecimento de água à RAEM, e devido à estreita e longa cooperação, entre a província de Guangdong e Macau, o projecto de sistema de captação de água - reservatório de Zhuyin – foi concluído em Abril deste ano, garantindo segurança no abastecimento de água a Zhuhai e Macau nos próximos dez anos.

Por outro lado, o projecto da construção do empreendimento hídrico de Datengxia foi aprovado no início do ano, pela Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma, estando o andamento do projecto, bem como a execução da obra a ser acompanhada de forma activa, mantendo-se uma comunicação estreita com a Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas.

Na cooperação regional, no âmbito das acções de protecção ambiental, os projectos “Técnicas e demonstração de controlo geral de emissão de poluentes por veículos motorizados em Macau” e “Técnicas e demonstração de gestão e controlo da poluição por resíduos electrónicos em Macau” desenvolvidos conjuntamente com o departamento técnico do Estado, estarão concluídos no corrente ano. Através de estudos feitos, está a ser efectuada uma análise abrangente à situação da poluição provocada pela emissão de poluentes por veículos motorizados, e criados modelos numéricos, base de dados e sistemas que elevam o nível da tomada de decisões e de gestão relativas ao controlo da emissão de poluentes por veículos motorizados. Através do estudo dos resíduos electrónicos, é conhecida a situação de tratamento deste tipo de resíduos, criando-se um sistema de gestão de resíduos electrónicos mais aperfeiçoado.

Além disso, foi criado um grupo de trabalho de cooperação no âmbito de protecção ambiental Zhuhai-Macau tendo como primeira missão, promover o ordenamento do Canal dos Patos. Foi também recentemente concluído um estudo especializado, no qual a instituição científica apresentou soluções para o melhoramento do ambiente junto ao Canal - "bloqueamento da passagem de peixes mortos; controlo de poluição e desassoreamento".

Em 2011, no âmbito da cooperação regional na área da electricidade, foram concluídos, tal como planeado, os estudos do programa técnico relativo ao Plano de Transmissão Eléctrica, para concretizar o plano de construção das infra-estruturas. A construção da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que liga Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), e, conforme previsto no plano, dois dos circuitos entrarão em funcionamento em 2012, permitindo assim aumentar as capacidades de transmissão das redes eléctricas entre as duas regiões e assegurar a estabilidade do fornecimento de electricidade.

Como consequência da estreita cooperação e desenvolvimento conjunto das Partes, torna-se necessário proceder à alteração das tarifas do serviço telefónico de longa distância e do serviço itinerante entre as duas regiões, ajustando gradualmente as tarifas para um nível mais acessível. Desta forma, ir-se-á proceder ao estudo sobre as tarifas de telecomunicações entre Guangdong e Macau, prevendo-se a sua conclusão no quarto trimestre do corrente ano.

2. Planeamento Urbanístico

2.1 Implementação do Plano das Novas Zonas Urbanas de acordo com o calendário

Ainda em 2010, foi encomendado ao Instituto de Planeamento Urbano da China a realização do "Estudo do Plano Director das Novas Zonas Urbanas de Macau, na sequência da 1ª primeira fase de auscultação pública do Plano.

Simultaneamente, iniciou-se a realização de estudos específicos com as associações profissionais de diversas áreas, tais como na área de construção, engenharia, planeamento urbano, protecção ambiental e socio-económica, etc.

No 4.º trimestre deste ano, decorrerá a segunda fase de auscultação pública sobre o projecto do plano das novas zonas urbanas, com vista a recolher mais opiniões e sugestões públicas.

Procedemos, por um lado, à realização célere do Plano Director das Novas Zonas Urbanas e, por outro lado, realizamos diversos estudos complementares, que englobam o projecto sobre o estudo de desenvolvimento dos espaços subterrâneos das novas zonas urbanas de Macau, o estudo estratégico sobre a construção ecológica dos novos aterros urbanos de Macau e o estudo sobre a proposta de planeamento urbano e de desenvolvimento da diversificação industrial dos novos aterros urbanos de Macau, etc. Sublinhe-se que todas as consultas relativas ao plano dos novos aterros urbanos estão a ser cumpridas.

A fim de coordenar o Plano Director das Novas Zonas Urbanas, os respectivos trabalhos de concepção estão a ser realizados de forma programada, sendo que já no ano de 2011 foi executada a Concepção Urbanística dos Novos Bairros da Zona E1 e da Orla Costeira do Norte da Taipa tendo sido iniciada a segunda fase dos trabalhos de revisão e concluído o relatório final da Concepção Urbanística Marginal da Zona Administrativa e Jurídica do Novo Bairro Urbano de Macau e da Avenida Dr. Sun Yat Sen.

A fim de melhorar os trabalhos de planeamento urbano a longo prazo, é necessário primeiramente proceder-se à feitura da produção legislativa, assim, nas Linhas de Acção Governativa, consideramos prioritários os trabalhos respeitantes à elaboração ou produção legislativa.

Assim, deu-se já início aos trabalhos de produção legislativa relativos à elaboração da Lei do Planeamento Urbanístico e aos projectos, consultas e revisões dos diplomas complementares, com base no Estudo do Sistema de Planeamento Urbanístico de Macau, realizando-se a auscultação pública do referido projecto de lei no 4.º trimestre deste ano.

2.2 Melhoramento do ambiente dos bairros antigos com a implementação dos planos urbanos

Em 2011, a par da promoção do planeamento urbano geral, deu-se início aos diversos trabalhos e respectivos estudos do planeamento sobre o melhoramento de pequenas zonas, incluindo o Plano Conceptual de Planeamento Urbanístico do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e zonas envolventes e o Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona da Ilha Verde. Realizámos neste ano estudos sobre o ordenamento da zona do Porto Interior, com vista a evitar cheias, o reordenamento dos bairros antigos, a concepção urbanística geral da Zona da Barra, o planeamento geral da zona nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo), etc., no sentido de melhorar o ambiente social dos bairros antigos.

Além disso, a proposta de lei intitulada “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” está a ser apreciada, na especialidade pela Assembleia Legislativa, e estamos convictos de que os trabalhos nos bairros antigos poderão ser iniciados logo após a publicação da respectiva lei.

3. Habitação

Para este ano e no sentido de concretizar o principal objectivo da política de habitação: “Habitação para todos, bem estar para todos”, a missão principal do Governo da RAEM é acelerar a construção dos empreendimentos de habitação pública. Encontram-se construídas 3 843 fracções, estando em construção mais 15 417 fracções, totalizando 19 260 fracções. No que respeita aos terrenos reservados, das cerca de 6 300 fracções de habitação pública, 3 850 fracções encontram-se na fase de planeamento, pretende-se que o concurso público seja concluído no próximo ano, para que as construções se possam iniciar de uma forma gradual. Além disso, vamos também reservar terrenos destinados à construção de habitação

pública na zona dos novos aterros por forma a assegurar o fornecimento contínuo de habitações públicas.

O “Conselho para os Assuntos de Habitação Pública”, criado em Maio do ano passado, tem vindo a desempenhar funções nas áreas da recolha de opiniões junto dos diversos sectores sociais e na criação de uma plataforma de interacção e discussão, com vista a promover a discussão de vários assuntos, nomeadamente, procedendo à apresentação das diferentes opiniões e sugestões recolhidas sobre a respectiva Lei, bem como à implementação das várias medidas e políticas relativas à reforma deste regime. A Lei da Habitação Económica foi aprovada em Agosto do corrente ano pela Assembleia Legislativa dando-se início ao planeamento de uma série de trabalhos respeitantes à venda e venda antecipada das habitações.

Simultaneamente, procedemos, de forma activa à elaboração do texto do projecto da “Estratégia do Desenvolvimento da Habitação Pública (2011 – 2020)”, prevendo-se que as consultas sejam iniciado em toda a sua extensão no corrente ano, a fim de ser criada a longo prazo uma base sólida para a elaboração desta estratégia.

No intuito de minorar a situação dos arrendatários de habitação social, dado ao aumento do custo de vida provocado pelo agravamento da inflação, o Governo isentou o pagamento da renda, por parte de mais de 6 000 arrendatários de habitação social, durante o período de Janeiro a Junho de 2011.

Ademais, no corrente ano, o Governo continuou a atribuir o abono provisório de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, sendo que aos agregados familiares compostos por uma ou duas pessoas, o montante mensal do abono a atribuir passou de \$1 050 patacas para \$1 250 patacas e aos agregados familiares compostos por três ou mais pessoas, o montante mensal do abono passou de \$1 600 para \$1 900 patacas. Desde a implementação desta medida em 2008 até finais de Agosto de 2011, mais de 6 580 agregados familiares foram beneficiários, orçando o total de abono atribuído em \$132 milhões de patacas.

A nova fórmula de cálculo do valor das rendas de habitação social entrou em vigor no dia 1 de Julho, sendo estas fixadas de acordo com 4 escalões, estabelecidos em função do rendimento do agregado familiar. Com a implementação desta medida 90% do valor das rendas manter-se-ão inalteradas e nalguns casos sofrerão mesmo uma diminuição.

A nova proposta aprovada não estabelece o limite máximo do valor da renda, através deste mecanismo, os arrendatários com maior capacidade económica podem prescindir livremente de habitações sociais, situação essa que reflecte a ideia de utilização racional dos recursos de habitação pública.

No âmbito da administração de condomínios, foi criado o “Centro de Arbitragem de Administração Predial”, o qual começou a funcionar em Junho.

O Conselho Arbitral do Centro de Arbitragem é composto por membros oriundos de Serviços Públicos, de diversos sectores profissionais e por representantes das associações

sociais. As decisões arbitrais têm força executória idêntica à das sentenças proferidas pelo Tribunal Judicial de Base.

Desde a criação em 2009, do “Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios” que o mesmo tem dado apoio aos residentes, a fim de resolver os problemas de infiltrações nos edifícios. Com o aumento de sensibilização dos próprios cidadãos sobre as suas próprias responsabilidades, os casos de reparação efectuados por iniciativa própria dos residentes aumentaram de 50% no ano 2009 para 70% .

Em 2007 foi criado o “Fundo de Reparação Predial” e até Julho do corrente ano, foram deferidos mais de 2 000 pedidos, respeitantes a diferentes planos de apoio financeiro, orçando o seu valor em 220 milhões de patacas.

No sentido de avaliar integralmente o efeito dos planos de apoio financeiro concedido pelo “Fundo de Reparação Predial”, será encomendado a uma instituição académica a respectiva investigação, de modo a servir como fundamento de referência para a reorganização e aumento das propostas sobre os planos.

Quanto à área do mercado imobiliário privado, o “Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário” nomeado pelo Governo, após a fixação das seis principais orientações e das dez medidas para as estratégias do desenvolvimento do mercado imobiliário em 2010.

Foi publicado em Junho do corrente ano, a lei sobre o “Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis destinados a habitação”, tendo sido fixada a obrigação de pagamento do imposto de selo especial sobre as transacções das fracções com finalidade habitacional ocorridas no período de 2 anos após a aquisição e restringindo a percentagem do crédito para a aquisição de habitação em construção, bem como emitindo directivas sobre compra e venda para os respectivos sectores e implementando, inclusive o regime da publicação de informações. Passou, também a ser obrigatória a indicação da percentagem da área útil das diversas finalidades em todos os projectos de construção de edifícios a submeter a aprovação e a divulgação ao público dos dados aprovados.

Por outro lado, encontram-se disponibilizadas em portal electrónico as informações sobre os edifícios em construção, de modo a divulgar os dados relativos àqueles que reúnem as condições para serem vendidos e os referentes às vendas já efectuadas, para conhecimento dos cidadãos.

Por outro lado, o Projecto de Requalificação de Edifícios Industriais foi lançado neste ano para promover a construção de fracções habitacionais de áreas reduzidas, com vista a aumentar a oferta das fracções reduzidas e médias no mercado. E, para facilitar a execução do projecto, foi criada “uma via rápida” destinada a apreciação de projectos dos edifícios industriais que cumprem os requisitos, acelerando a tramitação da apreciação.

Além disso, em Fevereiro de 2011, a “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária” foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa, prevendo-se a conclusão do processo legislativo, bem como a publicação e sua implementação no 2.º semestre do corrente ano.

4. Gestão de solos

Este ano, continuamos a adoptar várias medidas para gerir de forma correcta os recursos de solos.

Em primeiro lugar, foram restituídos à Administração vários terrenos públicos ilegalmente ocupados, registando-se até Setembro um total de 20 terrenos revertidos, com área global de 98 mil metros quadrados. Desde o início da primeira operação de desocupação em Março de 2009, foram restituídos à Administração um total de 36 terrenos, com uma área global aproximada de 174,2 mil metros quadrados.

Além disso, continuámos a reforçar a revisão da Lei de Terras e dos respectivos diplomas legais complementares, e no princípio do ano, realizou-se a 2.ª ronda de consulta com um período de dois meses e meio, cuja última versão foi concluída, encontrando-se em processo de produção legislativa. Entretanto, em articulação com a revisão da Lei de Terras, procedemos ao estudo e análise preparatórios sobre a revisão de diplomas legais complementares, necessários para a execução da Lei.

Anteriormente à apresentação da última versão da Lei de Terras, no 4º trimestre foi implementado o novo método de determinação do montante do prémio de concessão que acompanha de perto o preço do mercado.

Por outro lado, a fim de salvaguardar o aproveitamento dos terrenos concedidos dentro do prazo estabelecido, reforçámos o acompanhamento dos terrenos não aproveitados. Após análise, foram classificados 113 casos relativos aos terrenos concedidos mas não aproveitados; excepto alguns casos que implicavam factores respeitantes à alteração do planeamento urbanístico ou a acção judicial que conduziram ao atraso na conclusão de aproveitamento dos terrenos conforme planeado. Numa análise preliminar prevê-se que são 48 casos, cujas responsabilidades são imputáveis aos respectivos concessionários, estando estes a ser analisados

O aumento do grau de transparência das informações sobre terrenos também é um dos trabalhos principais de gestão de solos. Entre eles, introduziram-se novas medidas no regime de audiência pública sobre concessões de terrenos. Nomeadamente, fizemos o *upload* no portal oficial das opiniões e sugestões da sociedade sobre os casos submetidos a audiência pública para consulta pública. Além disso, o prazo para a recolha de opiniões foi prorrogado, com vista a reforçar ainda mais a divulgação aberta e transparente das informações e incentivar o público a apresentar mais opiniões.

Além disso, enriquecemos ainda mais o conteúdo da “Rede de Informação Cadastral”. No 4.º trimestre do corrente ano, acrescentámos informações relativas aos terrenos e outros encargos estabelecidas nos contratos de concessão. Simultaneamente, fizemos, de forma farsada, o *upload* das informações relativas a projectos de edifícios, transformando a “Rede de Informação Cadastral” numa plataforma “*one stop service*” das informações relativas a terrenos, planeamento e edifícios.

5. Urbanização

5.1 Verificação dos resultados preliminares no combate às obras ilegais

Em 2011, continuámos a empenhar-nos no combate às obras ilegais. Desde a criação do Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação de Obras Ilegais em Março de 2010 até hoje, desencadearam-se mais de 350 processos que mereciam tratamento prioritário, dos quais cerca de 200 já foram tratados. Os casos de pedido de demolição por iniciativa dos residentes também aumentaram, daí que se tenham verificado manifestos resultados no combate às obras ilegais. A realização de obras ilegais nos terraços e pódios foram reduzidas, verificando-se a existência de uma maior sensibilização dos residentes no cumprimento da lei.

No intuito de solucionar o problema das construções clandestinas que aparecem nos novos edifícios, a partir deste ano publicamos editais colectivas para demolição. Com base nas informações obtidas têm-se conhecimento da existência de mais de dez edifícios novos e altos com obras ilegais. Em paralelo, através da optimização dos circuitos internos, iremos criar um “Sistema informático para o acompanhamento do circuito dos processos”, de modo a supervisionar o tempo de tratamento dos processos desencadeados, que serão acompanhados segundo a ordem de prioridade a ser estabelecida, elevando a eficiência dos procedimentos.

5.2 Continuação de lançamento de directivas para encurtar o tempo da apreciação

Dentro dos trabalhos de apreciação das obras particulares, vamos aprovar directivas e publicar as respectivas informações destinadas a optimizar e regulamentar o procedimento de apreciação dos projectos elevando o seu grau de eficácia.

Foram lançados neste ano os “Trâmites para Apresentação dos Projectos de Obras e as Instruções Técnicas respeitantes às Obras de Modificação dos Centros de Apoio Pedagógico Complementar Particulares – Salas de Explicações” e os “Trâmites para Apresentação dos Projectos de Obras e as Instruções Técnicas respeitantes às Obras de Modificação dos Creches, Lares para Idosos e Centros Comunitários”, definindo directivas para as obras de modificação dos respectivos locais e ajudar os cidadãos a inteirar-se dos requisitos legais

exigidos para as instalações básicas, a concepção dos respectivos locais e os procedimentos administrativos. Têm-se em vista evitar prejuízos desnecessários e reduzir a possibilidade de reapreciação do processo devido ao engano involuntário ou à falta da entrega de documentos. Paralelamente, aumentou-se até 20 o número dos tipos dos impressos de pedido dos diversos serviços/obras, e criou-se um sistema de alerta informático que será utilizado nos diversos departamentos consultivos, de forma a encurtar o tempo da resposta à consulta apresentada.

5.3 Elevação do grau de eficiência administrativa através da revisão legislativa

Após a realização de duas rondas de consulta pública, os trabalhos de revisão respeitante às disposições administrativas sobre o Regime Jurídico da Construção Urbana foram concluídos neste ano, encontrando-se em tramitação legislativa.

No que concerne à revisão das disposições técnicas, esta tem sido efectuada de forma programada.

Em simultâneo, a revisão das disposições do Regulamento de Segurança contra Incêndios está na fase final. Para além disso, está em processo de conclusão o projecto do Regime Jurídico da Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação Profissional de técnicos, no âmbito da edificação e do urbanismo, prevendo-se a sua conclusão neste ano, e passando para a tramitação legislativa

5.4 Obras públicas

5.4.1 Melhoria das instalações comunitárias e optimização do ambiente comunitário

Em 2011, acelerámos a construção das infra-estruturas que interligam regiões e impulsionámos a criação de uma comunidade favorável ao desenvolvimento da sociedade de Macau e à melhoria da qualidade do ambiente habitacional. Neste âmbito, e com o apoio e compreensão do público, associações dos moradores da zona e residentes, as obras de reordenamento da rede de drenagem na Avenida de Horta e Costa têm-se desenrolado com sucesso, prevendo-se a sua conclusão no corrente ano, com dois meses de avanço relativamente ao prazo inicial de 500 dias.

Procedemos às obras de melhoramento de certas instalações comunitárias, melhorámos as condições de ventilação e iluminação natural do terminal subterrâneo de transportes públicos de passageiros na Praça das Portas do Cerco e adicionámos zonas de espera de autocarros climatizadas, melhorando desta forma as condições de espera nas respectivas paragens; nas passagens pedonais antigas adicionámos elevadores, optimizámos as instalações sem barreiras arquitectónicas, incluindo a instalação de elevadores na passagem pedonal a oeste das Portas do Cerco. Foram iniciados os trabalhos de instalação de elevadores na

passagem pedonal da Rua do Campo, em resposta aos pedidos dos residentes dessa zona. Ao mesmo tempo, foram iniciadas as obras de construção de passagens pedonais aéreas na Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado e na Estrada Almirante Magalhães Correia, junto da Rua da Baía, na Taipa.

5.4.2 Ligar a rede viária, aperfeiçoar o ambiente de circulação

A fim de otimizar a via rodoviária, procedemos de forma contínua a ligação da rede viária. As vias do troço da Avenida do General Castelo Branco, compreendido entre a Avenida do Conselheiro Borja e a Rua de Lei Pou Ch'ôn serão abertas ao trânsito no 4.º trimestre do corrente ano. Em seguida, realizar-se-á a ligação da Avenida do General Castelo Branco à Avenida do Conselheiro Borja por meio da Rua de Lei Pou Ch'ôn, com o objectivo de atenuar a pressão de trânsito do Bairro de Ilha Verde e da zona noroeste de Macau, bem como promover o desenvolvimento dessa zona e elevar o ambiente de habitação e comércio.

Em harmonia com o desenvolvimento das ilhas e o projecto de construção de habitação pública do Lote TN27, procedemos neste ano à continuação dos trabalhos de optimização de construção da rede viária da zona envolvente, incluindo a abertura de acesso viário provisório e a construção de equipamentos de travessia pedonal. Iniciámos também a construção de instalações de trânsito de modelo desnivelado, assim como o estudo sobre a construção de um túnel na Taipa Grande.

Deu-se o início, no 3.º trimestre de 2011, à obra de construção do sistema pedonal que fará a ligação entre a Vila da Taipa e o COTAI, o qual permitirá a interligação dos percursos de circulação pedonal da zona envolvente do COTAI e do bairro antigo da Taipa, dinamizando a interactividade das duas zonas e fazendo ligação às actuais paragens de autocarros e à futura estação do metro ligeiro, com o intuito de criar instalações possíveis de serem integradas com a paisagem periférica e as funções de trânsito.

Além disso, iniciámos as obras da via de circulação desnivelada na rotunda do Istmo Taipa-Coloane, o projecto de ordenamento da Rotunda da Piscina Olímpica, bem como realizámos o projecto de coordenação entre zona E1 dos novos aterros, a Rotunda do Pac On e a quarta passagem entre Macau e a ilha da Taipa, para melhorar o ambiente da circulação rodoviária.

6. Trânsito e Transportes

6.1 Transportes terrestres

No seguimento da fase inicial da "Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)", para além do aperfeiçoamento do respectivo documento da implementação ordenada das diversas políticas, foi realizada a segunda fase de recolha de opiniões, análise e síntese, de modo a que Macau seja uma cidade verde e onde a sua população e os turistas se desloquem agradavelmente.

No intuito de criar uma plataforma de interacção que permita a participação dos cidadãos e da sociedade, ouvir e recolher as opiniões dos sectores sociais e congregar o consenso social, o Governo reestruturou o Conselho Consultivo do Trânsito, para discutir e desenvolver as tarefas respeitantes à implementação da “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, otimizar a qualidade dos serviços de transportes públicos, e outras matérias objecto de preocupação social.

Para concretizar a estratégia governativa da “primazia dos transportes públicos”, foram abertos, a título experimental, a partir de Maio de 2010, corredores exclusivos para os transportes públicos na Avenida de Almeida Ribeiro, durante os feriados e domingos. Após a avaliação da situação, durante nove meses de período experimental, foi decidida a utilização permanente como corredor exclusivo e prosseguir com o aperfeiçoamento das medidas de apoio, através de obras, planeamento, gestão, divulgação e comunicação, melhorando sempre os equipamentos de modo a corresponder ainda melhor às necessidades da população.

Em 1 de Agosto deste ano, foi lançado o novo modelo de serviço de autocarros, em regime de prestação de serviços que opera no mercado, mas sob orientação do Governo, e que tem em vista responder às necessidades de deslocação dos cidadãos, através de investimento de recursos, aumento da frequência de ligações, aperfeiçoamento dos equipamentos e optimização dos serviços. Ao mesmo passo, foi consolidado o sistema de gestão dos autocarros públicos que permite a fiscalização das operações do novo modelo e foi instalado o sistema de informação sobre a localização dos autocarros, em locais adequados, para informar os passageiros sobre a frequência de chegadas e partidas. A respeito dos benefícios tarifários, foi aumentado o valor dos benefícios para os estudantes e lançado o programa de benefícios dos tarifários para as pessoas deficientes.

A fim de satisfazer as exigências dos turistas e residentes, após efectuada a avaliação, entendeu-se ser oportuno emitir mais licenças de táxis. As licenças especiais de táxis terminaram em Agosto, sendo sido prorrogado o contrato por mais 18 meses com a operadora por forma a que a mesma possa aumentar a função dos “táxis amarelos”, mas especialmente, para dar continuidade à realização de negociações, fortalecendo, também a prestação de serviços para os deficientes físicos e deslocação aos bairros antigos. A versão inicial do projecto de alteração do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis encontra-se finalizada, será ouvida no Conselho Consultivo do Trânsito e posteriormente lançada a auscultação junto do sector.

Com o objectivo de responder à procura de estacionamento público, foram abertos, no primeiro semestre deste ano, 6 auto-silos, do Edifício da DSAT, do Edifício Lido, do Edifício Cheng Choi, na Ilha Verde, e do Edifício Mong Sin, do Edifício Fai Fu, do auto-silo da Estrada Flor de Lótus ao lado do edifício do posto fronteiriço de Cotai, proporcionando um total de 1 216 lugares de estacionamento para automóveis ligeiros e 1 638 lugares para ciclomoteres e motocicletas.

Procura-se concluir as obras respeitantes ao auto-silo do Jardim Central da Taipa antes do final do corrente ano, para que seja aberto ao público no princípio do próximo ano. No que concerne, ao projecto do regulamento administrativo dos Parques de Estacionamento Privado com Oferta ao Público está a ser objecto de uma 2.^a fase de auscultação, cujas opiniões recolhidas serão analisadas e se for caso disso, serão efectuadas revisões ao projecto.

No que se refere à dotação de infra-estruturas, está em curso a preparação da construção do Centro de Controlo e Informação de Tráfego, plataforma coordenadora da informação e do controlo de tráfego. Foram instalados mais dois locais para detecção de excesso de velocidade, na circulação de veículos, na Estrada de Hac-Sá e na Estrada de Cheoc Van, para além de instalação de um sistema de vídeo vigilância rodoviária com 14 canais.

Foi, também, instalado o sistema de detecção de estacionamento ilegal, que tem por objectivo manter a fluidez do trânsito em duas paragens de autocarros da Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, na paragem de autocarros junto do Centro Comercial Si Toi, na Avenida da Praia Grande, e na Avenida Dr. Rodrigo Rodrigues. O Centro de Aprendizagem e Exame de Condução, será transferido, no segundo semestre deste ano, para o lado Leste da Avenida do Aeroporto a Sul do Aeroporto Internacional de Macau, tendo-se iniciado, já, os preparativos para a mudança.

6.2 Construção do Metro Ligeiro

Na sequência da assinatura do "Contrato de Fornecimento do Sistema e Material Circulante para a 1.^a Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau", em Março de 2011, os trabalhos de construção do Metro Ligeiro atingiram um novo marco. Relativamente às obras de construção civil, as principais empreitadas da 1.^a Fase do Sistema de Metro Ligeiro serão divididas em oito partes distintas para serem lançadas a concurso e adjudicadas a diferentes empreiteiros, de acordo com a complexidade das obras e as condições de execução das mesmas.

Além disso, foram concluídos os projectos do traçado e das estações do segmento do Centro da Taipa e dos segmentos do Cotai e do Posto Fronteiriço, bem como foram realizadas exposições e sessões de apresentação pública e de recolha de opiniões. Entretanto, no 4.^o trimestre serão lançados concursos para as principais obras de construção civil do segmento do Centro da Taipa; tendo sido concluído o concurso da Obra de Construção das Fundações do Parque de Materiais e Oficina no Cotai, que se encontra, agora, na fase de execução.

A par disso, foram lançados os projectos de concepção detalhada dos quatro segmentos para execução das obras do metro s no lado de Macau, bem como escolhido o modelo das carruagens, através da participação pública.

Conjugando com as instalações gerais de ligação às estações do Metro Ligeiro, as sessões de apresentação pública dos Centros Modais de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Barra, foram concluídas, respectivamente, no 3.^o trimestre de 2010 e no 1.^o trimestre do corrente ano. Ao mesmo tempo encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento do projecto de concepção detalhada, estando previsto para este ano, o

lançamento do Concurso das Obras de Construção Civil para a 1.ª Fase do Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira.

6.3 Assuntos portuários

No intuito de coordenar com a obra da ilha artificial da ponte que liga Hong Kong, Zhuhai e Macau e dos novos aterros urbanísticos, garantir a segurança das condições de navegação e a execução dos aterros, sem problemas, em cooperação com Zhuhai, foram feitas actualizações das informações referentes às condições de navegação, canais, regras de navegação, bem como dos meios de contacto entre os ambos os Centros de Controlo do Tráfego Marítimo e da Central de Operações de Busca e Salvamento no Mar; foram elaborados a “Planta orientadora para a segurança na navegação nas águas confinantes com Macau” e o “Manual para navegação nas águas confinantes com Macau”, proporcionando às embarcações de diferentes portes, que demandam as águas confinantes com Macau, orientações e regras de navegação, para mais eficazmente minimizar a probabilidade de ocorrência de sinistros marítimos.

Ademais, no 3.º trimestre deste ano foi concluído o estudo temático da avaliação sobre a contenção de cheias e aperfeiçoamento do meio hídrico na fase conceptual das zonas C, D, E dos novos aterros. Foi incumbida a uma empresa especializada do ramo, uma avaliação sobre a contenção das cheias para a 4.ª ligação entre a Península de Macau e a Taipa e a obra do túnel subaquático das zonas A e B, visando estimar o impacto da obra sobre a costa, tendo sido apresentadas medidas anti-cheias eficazes e o plano de prevenção de contingência.

O “Contrato de Concessão da Exploração do Terminal Marítimo do Porto Exterior” expirará a 20 de Dezembro deste ano. Após expirado o prazo, o Governo passará a ser o responsável directo pela gestão do referido terminal. Com efeito, foram replanificadas, de forma racional e eficaz as áreas e instalações do Terminal Marítimo do Porto Exterior, incluindo a replanificação das instalações destinadas aos passageiros, distribuição das áreas comerciais, etc., por forma a garantir a transferência da gestão do terminal, bem como o funcionamento regular das suas instalações e serviços.

6.4 Aviação

No âmbito da integração de Macau no desenvolvimento das regiões adjacentes, está a ser levado a cabo um esforço de concepção do “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau” até ao ano de 2030, por forma a que o aeroporto seja reconhecido como um aeroporto internacional multifuncional de pequena/média dimensão, e que sirva melhor o mercado do Delta do Rio das Pérolas. O Plano irá projectar as infra-estruturas necessárias e prever as operações do aeroporto nos próximos 20 anos. O relatório final foi concluído em Setembro deste ano.

No que respeita ao desenvolvimento das rotas, no ano em curso, três companhias aéreas estrangeiras iniciaram voos regulares de Clark e de Xangai para Macau. A companhia aérea local iniciou voos regulares para Chongqing e Taiyuan.

Relativamente ao reforço da gestão da aviação, continuam a ser implementadas as Políticas de Segurança da RAEM, estando gradualmente a ser construída uma base de dados que permita um aperfeiçoamento e uma melhor sustentação do trabalho de fiscalização da segurança em Macau. No início deste ano, as autoridades aeronáuticas da China e de Macau assinaram um acordo de cooperação relativo aos serviços de informação aeronáutica, serviços meteorológicos, combate a incêndios no aeroporto, entre outros, estabelecendo-se assim um canal para intercâmbios nestas matérias entre as duas partes.

Em relação ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, o Regulamento Administrativo sobre os “Direitos Mínimos dos Passageiros do Transporte Aéreo em Caso de Recusa de Embarque, Cancelamento ou Atraso de Voos” e a “Lei de Investigação de Acidentes e Incidentes Aeronáuticos e da Protecção da Informação de Segurança Aérea” encontram-se agora em processo legislativo. Além disso, a “Alteração ao Regulamento Administrativo que estabelece o Regime da Responsabilidade Civil dos Transportadores e Operadores Aéreos” encontra-se em fase de implementação.

É de referir que os montantes de indemnização devidos aos passageiros pelas companhias aéreas, em caso de ressarcimento de danos, se encontram agora actualizados em relação aos montantes previstos nas respectivas convenções internacionais.

7. Protecção do ambiente e energia

7.1 Protecção do Ambiente

A elaboração do documento de consulta “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020”, o qual visa estabelecer as linhas estratégicas das acções de protecção ambiental de Macau assenta num estudo sobre o planeamento geral e o planeamento de projectos específicos relativa à protecção ambiental de Macau.

Foi concluída a recolha de opiniões relativa ao “Texto exploratório para a criação de um regime de avaliação do impacto ambiental” estando-se agora a realizar um estudo sobre “a implementação de um regime de avaliação do impacto ambiental em Macau”, de forma a encontrar as condições e outros factores restritivos, bem como promover a constituição do regime de avaliação ambiental.

Entrou em funcionamento o Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética. Desde Setembro do corrente ano, deu-se início à recepção dos pedidos das empresas e associações comunitárias com vista a requerer subsídios para a aquisição ou substituição de produtos e equipamentos ecológicos e de poupança de energia.

Ao longo deste ano, foi dada continuidade ao projecto de regulamento administrativo “Prevenção e controlo do ruído ambiental”. Após efectuada a análise foram apresentadas propostas de alterações ao relatório de avaliação sobre a norma de acústica.

Atendendo ao conteúdo e objectivo do referido projecto, foi criado o curso de formação sobre a utilização de estacas na construção civil, que tem como objectivo proporcionar aos trabalhadores da construção civil, que recorrem à utilização de bate-estacas, conhecimentos teóricos e práticos sobre as técnicas ambientalmente adequadas de utilização das mesmas.

Foi solicitado a uma instituição especializada a elaboração de um relatório sobre as técnicas ambientalmente adequadas à construção civil. Foram elaboradas instruções claras e exequíveis sobre a utilização de técnicas ambientalmente adequadas, no âmbito do sector da construção civil.

Visando armazenar de uma forma sistemática diversos tipos de dados de monitorização ambiental e estatísticos, está a ser realizado o projecto de concepção da base de dados ambientais e será criado um sistema de informação geoambiental, com vista a melhorar os dados e as informações geográficas disponíveis nas páginas electrónicas do Governo.

Também será criado um modelo matemático para medição do ruído em diversas zonas subdivididas, que visa suportar, mediante análise científica, às estratégias relativas ao controlo do ruído, com o intuito de assegurar a qualidade do ambiente sonoro.

Quanto à questão da poluição atmosférica causada pela emissão de gases de escape dos veículos motorizados, foi efectuada uma análise relativa à emissão de gases libertados pelos veículos em circulação, estando a ser levado a cabo um estudo sobre a quantidade dos equipamentos complementares necessários para a implementação do uso e gestão dos eco-veículos.

Tendo como pilar o "Estudo sobre a gestão e a política de recolha de veículos em fim de vida", efectuada no final de 2010, está a ser levado a cabo a realização da análise de viabilidade relativamente à elaboração de um plano de gestão, recolha e abate de veículos em fim de vida.

No que concerne às fontes poluidoras que geram alta e grave poluição atmosférica, foi iniciado um estudo sobre a definição dos critérios e normas relativas às fontes de emissão de gases altamente poluidores.

Para dar cumprimento às obrigações decorrentes do "Protocolo de Quioto", foi efectuada uma abordagem preliminar sobre a emissão de carbono, com o intuito de transformar Macau num local de baixa emissão de carbono.

No que toca à questão da emissão de fumos oleosos pelos estabelecimentos de comida, foi promovido no corrente ano um estudo, a título experimental, para estudar os resultados da aplicação dos equipamentos de controlo de fumo oleoso.

Por outro lado, foi efectuada um estudo sobre "Avaliação geral e estratégias de melhoramento da qualidade das águas costeiras de Macau", e monitorização e optimização de recursos hídricos nas principais zonas costeiras. Está a ser realizado o estudo sobre o controlo da poluição luminosa, com recurso a um sistema de informação geográfica tridimensional (3D GIS).

Tal sistema permite justificar as tomadas de decisão sobre a poluição luminosa e formas de transmissão da luz.

No ano de 2011, vários projectos de modernização de infra-estruturas ambientais foram promovidos de forma ordenada. Foi concluído o projecto de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Taipa bem como a pesquisa sobre a actual situação dos lixos e entulhos de construções.

Visando continuar a sensibilização das políticas de protecção ambiental, foi realizada pela primeira vez a “Semana Ambiental 2011” e lançada a actividade denominada de Programa de Pontos “Verdes”. Sendo a sua fase inicial marcada pela recolha selectiva de resíduos, em colaboração com uma associação local.

7.2 Gestão de recursos de água

Com vista a implementar as metas definidas no Programa de Poupança de Água de Macau, neste ano, foi publicado, pela primeira vez o “Relatório sobre a Água em Macau 2010-2011”, no qual é explicado detalhadamente o estado de situação da água doce em Macau, bem como as medidas de poupança de água implementadas, tendo por objectivo aprofundar o conhecimento de todos os sectores sociais sobre o meio hídrico em Macau, por forma a sensibilizar a população para a poupança da água.

No que concerne à exploração de fontes de água reciclada e ao seu aproveitamento, será incumbida no 4.º trimestre de 2011 a uma empresa de consultoria, a realização do “Estudo sobre o planeamento director de água reciclada em Macau”. O relatório preliminar estará concluído no 2.º semestre do próximo ano.

Para prevenir a ocorrência de acidentes nos sistemas de abastecimento de água a Macau, potenciar a capacidade de resposta nas operações conjuntas dos serviços públicos de Macau e organismos competentes do Interior da China, foi elaborado o anteprojecto de continência de segurança no abastecimento de água, prevendo-se a sua conclusão nos finais do corrente ano.

Por sua vez, foi realizado, em Outubro do corrente ano, um simulacro conjunto de acidente em sistemas de abastecimento de água pelas partes de Guangdong e de Macau, com vista a reforçar a capacidade de resposta de ambas partes a situações de emergência no abastecimento de água a Macau.

No âmbito de poupança de água, iremos proceder a sensibilização para a utilização de aparelhos de poupança de água. Com o “Plano de bonificação nas tarifas de água” implementado, o volume total de água poupada foi superior a 1,1 milhões metros cúbicos. Apesar do desenvolvimento socioeconómico de Macau ter continuado a crescer nos últimos dois anos, registou-se uma descida ligeira do consumo residencial de água e do consumo geral não residencial de água.

7.3 Políticas energéticas

Com o desenvolvimento de Macau, foi concluído, em conjunto com o centro de estudo de energia da Comissão de Desenvolvimento e Reforma Nacional, o estudo sobre a “Análise da necessidade de energia urbana e o Planeamento de energia” para os próximos dez anos, de modo a assentar uma base sólida para o fornecimento e planeamento de energia. Em 2012, serão aplicadas medidas segundo o resultado desse estudo.

Com a entrada em vigor do novo contrato de concessão de electricidade, o Governo ganhou maior poder de supervisão, no que concerne ao aumento dos dados de exploração a serem fornecidos, definição dos critérios de qualidade de serviço, normalização do procedimento de apresentação dos dados e relatórios pela concessionária, reforço do mecanismo de comunicação sobre falhas de energia, aumento das penalidades, promoção da separação contabilística e normalização técnica, instando a concessionária a um aperfeiçoamento contínuo em todos os aspectos.

Também, foi elaborado um plano preliminar sobre o novo regime de tarifas de electricidade, que será auscultado no 2.º semestre do ano, com o objecto de ouvir amplamente a opinião da população.

Os princípios básicos do novo regime de tarifas implicam: não poder aumentar as tarifas de electricidade do Grupo A – utentes residenciais e pequenas e médias empresas; para os outros utentes comerciais, exceptos dos do Grupo A, a tarifa eléctrica irá aumentar, de forma apropriada, através do aumento da diferença entre as tarifas para horas cheias e para horas de vazio, ou seja, aumentará o preço da electricidade nas horas cheias.

No que diz respeito à preparação da reforma do mercado de electricidade e da abertura do mercado no segmento a montante, foram concluídos vários trabalhos de preparação, tais como a recolha dos dados, bem como a análise de casos para a elaboração da “Lei de Bases da Electricidade” e do “Regulamento do Funcionamento da Rede Eléctrica”. O “Regulamento de Segurança Técnica das Interligações da Rede Eléctrica Pública de Alta Tensão” está a ser preparado para ser lançado a consulta pública.

Para que o público participe, convenientemente, na supervisão do funcionamento do mercado, foi aumentado a publicação periódica do tipo e conteúdo dos dados relativos às companhias concessionárias e de outras informações sobre energia, incluindo os dados sobre os preços da electricidade, os custos do fornecimento de electricidade, os preços dos combustíveis, as emissões provenientes da produção de electricidade e as falhas de energia, tornando a informação mais transparente.

Sobre o gás natural, como complemento da rede de gasodutos de gás da cidade, foi já determinado o projecto dos gasodutos de ligação entre a estação de Coloane e a estação de recepção da rede de distribuição, cuja construção irá estar concluída ainda este ano. Portanto, iremos esforçar-nos para aplicar, no ano corrente, gás natural nos transportes públicos. Ao mesmo tempo, vai ser estudado o mecanismo de preços que satisfaça a situação real do

mercado de Macau, em que serão formulados diferentes modelos tarifários para cada tipo de clientes, que será levado a consulta pública. Além disso, este ano, terminarão os trabalhos de revisão do “*gate price*” que já está em vigor há 3 anos.

No que respeita ao aperfeiçoamento do “Regulamento Técnico dos Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis” está em processo de legislação. Para o “Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis” já foram lançados os trabalhos finais para a consulta pública, redobrando-se esforços para que entre no processo legislativo dentro do mesmo ano. O “Regulamento de Segurança das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica” também irá ser lançado a consulta pública.

No corrente ano, foram desenvolvidos trabalhos para a promoção da eficiência e a conservação energética como a implementação do “Mecanismo de Gestão de Energia”, em 54 serviços públicos, o apoio aos serviços para o estabelecimento de uma série de métodos científicos e sistemáticos de gestão energética e a realização de testes de iluminação pública LED na Avenida dos Jardins do Oceano, na Taipa, com recolha de dados nas diferentes partes da avenida, para serem adicionados aos conteúdos das “Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública de Macau”, estando planeada a substituição, gradual, de todas as lâmpadas de iluminação pública, por lâmpadas de conservação energética.

Para ir ao encontro do desenvolvimento global da região da Ilha Verde e melhorar a qualidade do ambiente comunitário, bem como fazer face a uma ameaça potencial de um depósito de distribuição de combustíveis em zona residencial, foi instalado no corrente ano um depósito provisório de distribuição de combustíveis na Ilha Verde.

Através do reforço de medidas de segurança das respectivas instalações, centralizando a gestão, introduzindo vigilância pública e melhorias contínuas nos mecanismos de comunicação, fica garantida a segurança do funcionamento do depósito de combustíveis.

No ano corrente, foi iniciado o estudo sobre o estabelecimento do armazém provisório, que estudou, partindo do ponto de vista geral e a longo prazo a necessidade daquela instalação, a respectiva dimensão e localização e etc. Mais tarde, será ouvida também a opinião da sociedade.

8. Políticas de Telecomunicações, Correios e Tecnologia

8.1 Telecomunicações

Acompanhando a plena liberalização do mercado das telecomunicações em 2012, procedemos à produção legislativa de um regulamento administrativo sobre as redes públicas de telecomunicações fixas, prevendo-se a sua publicação e entrada em vigor neste ano dando-se de imediato, início aos procedimentos de concurso público e de licenciamento.

No passado ano, foi criado o “Grupo de trabalho para a regulação dos serviços de antenas comuns”. Composto por vários serviços do Governo, este grupo tem como função a

resolução de conflitos entre a TV Cabo Macau e as companhias de antena comum, sendo que a elaboração do relatório de estudo preliminar, que propõe soluções através da coordenação de vários aspectos jurídicos, técnicos e práticos, tendo em conta a actual situação de Macau, encontra-se agora em fase de conclusão.

Por outro lado, o Centro de Informação da Internet de Macau entrou formalmente em funcionamento em Março do corrente ano, procedendo de forma mais eficaz à gestão dos nomes de domínio da RAEM e promovendo o desenvolvimento estável dos respectivos serviços, através da alteração do modelo de gestão e ajustamento do regulamento de registo dos nomes de domínio. A transição entre as antigas e novas entidades responsáveis pela gestão e registo dos nomes de domínio decorreu sem anomalias.

Construído durante o ano passado com o apoio financeiro do Governo, o “Sistema de banda larga sem fios – WiFi GO” entrou formalmente em funcionamento e permite, na sequência de uma contínua ampliação e optimização, que os cidadãos utilizem gratuitamente o sistema em 83 locais. Concomitantemente, iniciou-se o processo de introdução de programas (*software*) de aplicações utilizando a plataforma de “WiFi GO”, para que residentes e turistas possam aceder mais facilmente aos serviços através da Internet.

Para além disso, em sintonia com as exigências oriundas da plena liberalização do mercado das telecomunicações, far-se-á um estudo sobre a previsão de procura de terrenos destinados a futuras instalações de telecomunicações, o planeamento das instalações de telecomunicações integrais, a introdução de fibra óptica até à habitação com base no sistema de linha de telefone tradicionais, as redes dos serviços de televisão e as respectivas técnicas de transmissão, a construção do sistema de banda larga sem fios, entre outros.

8.2 Correios e Tecnologia

Por forma a assegurar a prestação de serviços postais diversificados e eficientes, iremos continuar as acções de reestruturação do fluxo de transportes e renovação de infra-estruturas do serviço de certificação electrónica, com aumento de eficácia da distribuição postal e optimização da qualidade do serviço de certificação electrónica.

Paralelamente, promoveu-se junto dos serviços públicos o uso do “Serviço Público de Carimbo Postal Electrónico Certificado” e alargou-se a oferta dos serviços da Plataforma de Pagamento Electrónico, desenvolvendo-se o sistema de consulta *online* para os serviços públicos que aderiram a esta plataforma, possibilitando o acesso instantâneo à informação sobre a situação das transacções.

No âmbito da cooperação tecnológica, decorreram as cerimónias de descerramento da placa do “Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa” e do “Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos”, os quais estão oficialmente em fase de construção.

O “Inquérito sobre a Situação Actual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Macau” foi preliminarmente concluído, estando em curso a respectiva discussão e revisão final.

Em Março do corrente ano foi publicado o “Regulamento dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia” que começou gradualmente a respectiva sensibilização, inscrição e avaliação dos prémios.

Quanto ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia de Macau, foi recomendado um projecto da Universidade de Macau, para a inscrição no Prémio de Promoção das Ciências e da Tecnologia da China 2011.

Além disso, incentivou-se a participação de peritos da Universidade de Macau, do Instituto Politécnico de Macau e da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau no grupo especializado de especialistas do planeamento das ciências e da tecnologia da China. Para reforçar a cooperação nas áreas das indústrias electrónicas e de informação, medicina e saúde, tecnologia de protecção do ambiente, etc., o Conselho de Ciência e Tecnologia foi celebrado o “Acordo para a Cooperação nas Áreas da Ciência e Tecnologia” com o Departamento de Ciência e Tecnologia da Província de Fujian.

Segunda Parte

Linhas de Acção Governativa para 2012

1. Introdução

No final de 2008, através da publicação das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008–2020)”, o Estado concedeu à RAEM a posição de Centro Mundial de Turismo e Lazer. Até este momento, a cooperação regional e a integração regional registaram um ritmo muito acelerado. Neste contexto, esta área de governação aproveita a cooperação regional, esforça-se na execução das edificações, por forma a ampliar o espaço para o desenvolvimento sustentável de Macau.

O ano 2012 é estratégico para a Área de Transportes e Obras Públicas.

Iremos prosseguir as tarefas de cooperação definidas no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e acompanhar os resultados dos estudos sobre o “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade” e o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”, elaborados conjuntamente pelos Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau. Deste modo, continuaremos a intensificar a cooperação regional, construir um grupo urbano mais activo e competitivo na Zona Ásia-Pacífico, construir uma nova zona económica a nível mundial, promover a integração económica regional e elevar a cooperação regional a uma nova fase.

É de 3 anos o prazo de construção do Novo Campus da Universidade de Macau, situado na Ilha da Montanha (Hengqin), estando prevista a conclusão das obras no próximo ano. Todos os esforços serão envidados para acompanhar eficazmente e pragmaticamente o ritmo de construção. Portanto, temos confiança que esta missão será cumprida dentro do prazo.

Simultaneamente, de modo a aproveitar o desenvolvimento regional, é necessário promover o desenvolvimento de Macau, definir o plano de longo prazo, aperfeiçoar os regimes, elevar a eficiência e acompanhar o ritmo de desenvolvimento regional.

Promover os trabalhos do planeamento urbano de Macau, sendo mais prioritários os trabalhos no âmbito do planeamento urbanístico e da gestão de solos. Em 2012, iremos promover os trabalhos de auscultação e de produção legislativa da Lei do Planeamento Urbanístico, da Lei de Terras e dos respectivos diplomas complementares. Será apresentado no corrente ano o projecto do Plano Urbano Geral de Macau e lançada a 2.ª Fase da auscultação pública. Os mencionados trabalhos têm em vista o futuro desenvolvimento sustentável de Macau.

Por outro lado, foi iniciada de uma forma global a construção das habitações públicas. De acordo com o calendário definido, os serviços públicos irão promover obras em larga

escala, de modo a proceder ao trabalho de distribuição e venda das fracções de habitação pública.

A implementação do Metro Ligeiro avançará para uma nova fase, sob a égide dos princípios de “garantia de qualidade, segurança e eficácia”, através da promoção de obras de construção civil. Além disso, iremos melhorar a configuração do trânsito em Macau, iniciando os trabalhos de melhoria do trânsito, gestão de veículos particulares, criação dum ambiente pedonal agradável, de construção das vias e divulgação e sensibilização da segurança rodoviária, etc. Em simultâneo, iremos promover o controlo da poluição atmosférica, o tratamento dos resíduos, otimizar as instalações ecológicas, a reciclagem e diminuição de resíduos e o estudo de políticas de controlo de utilização de plásticos, de modo a constituir uma sociedade economizadora de recursos e elevar a qualidade de vida da população.

Estamos conscientes que em 2012 o nosso trabalho não será fácil, mesmo assim, a nossa atitude é e será de enfrentar firmemente as dificuldades e envidar todos os esforços, de forma a cumprirmos a missão que assumimos, de modo a transformar Macau num lugar propício para os seus residentes e visitantes.

2. Cooperação regional

Nos últimos anos, Macau tem aproveitado as excelentes oportunidades de desenvolvimento decorrentes da preponderância da integração regional, tendo sido realizados trabalhos no âmbito da cooperação regional, de uma forma pragmática, construindo assim uma nova configuração, estreitando os laços de cooperação e o desenvolvimento coordenado com as regiões de Guangdong e Hong Kong.

A par disso, na sequência da implementação oficial do 12.º Plano Quinquenal Nacional, em 2011, que visa apoiar o estabelecimento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, faz com que este desenvolvimento da integração entre Guangdong, Hong Kong e Macau seja consolidado de forma contínua, e que o futuro de Macau seja repleto de oportunidades, procurando assegurar a preponderância do desenvolvimento.

Em 2012, iremos implementar de forma concreta os projectos de cooperação definidos no “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, impulsionando o desenvolvimento da diversificação económica de Macau, reforçando a ligação das infra-estruturas viárias transfronteiriças, facilitando as formalidades alfandegárias e o desenvolvimento coordenado no âmbito do planeamento urbanístico.

2.1 Aproveitamento das novas oportunidades de desenvolvimento definido no “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” para o estabelecimento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer

As áreas e os conteúdos definidos no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau são bastante vastos, compreendendo a área da economia, cultura, educação, turismo,

finanças, convenções e exposições, medicina tradicional chinesa, transporte, energia, indústrias criativas e culturais, postos fronteiriços e planos urbanos.

A par disso, foram ainda propostos três planos, nomeadamente o “Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau”, o “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas” e o “Plano de Cooperação entre Macau e Nansha de Cantão”, que exercem uma grande influência em função do seu funcionamento e significado em matéria de futura cooperação regional e do estabelecimento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e de Lazer.

O principal conteúdo respeitante à elaboração do estudo sobre o “Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau”, recaí sobretudo no âmbito dos planos urbanos, infra-estruturas, ambiente ecológico, entre outros, de modo a aprofundar e concretizar os principais trabalhos em matéria de desenvolvimento coordenado pelas duas Partes, em prol do reforço da coordenação dos planeamentos das zonas dos novos aterros de Macau e da zona comercial de Shizimen de Zhuhai.

O “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas” visa o estudo conjunto das metas de desenvolvimento, a complementaridade e a promoção dos projectos prioritários, bem como, a concretização do mecanismo da área metropolitana da margem ocidental do estuário do Rio das Pérolas, que inclui Macau, Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen e outras cidades. A elaboração deste estudo, poderá fortalecer o estabelecimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer, assim como, promover Macau como uma plataforma regional de serviços comerciais.

No intuito de promover o início dos trabalhos referentes à elaboração daquele estudo, em 2012, Macau e Guangdong irão estudar, conjuntamente, a viabilidade da concretização dos trabalhos de forma gradual.

2.2 Concretização dos resultados do estudo do planeamento urbanístico para elevar o nível da qualidade de vida

Os Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau, em 2010 elaboraram em conjunto o “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade” e o “Plano de Acção para a Zona da Baía do Estuário do Rio das Pérolas”. No ano transacto, as três regiões deram início ao aprofundamento dos trabalhos respeitantes a estes dois planos específicos e para melhor ouvir os comentários das outras partes sobre os resultados obtidos, em 2011, os Governos das três Regiões, promoveram a realização de consultas públicas e de conferências com especialistas, tendo recebido opiniões colectivas, de modo a permitir a concretização dos resultados dos estudos. As opiniões recebidas na 1.ª fase da consulta pública do “Plano de Acção para a Zona da Baía do Estuário do Rio das Pérolas” foram compiladas, servindo de base para a futura proposta optimizada.

O resultado do estudo dos dois Planos mencionados trará mais oportunidades de desenvolvimento para as cidades da região do Delta do Rio das Pérolas, permitindo elevar a

qualidade do ambiente e de vida dos habitantes das três regiões. Em 2012, será acelerada a cooperação com Guangdong e Hong Kong e concretizados, gradualmente, os resultados dos estudos dos respectivos Planos.

2.3 Attingir com todo o esforço a meta de construção do Novo Campus da UM

O projecto de construção do Novo *Campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) é um exemplo da cooperação entre Guangdong e Macau e é demonstrativo da capacidade de explorar e estreitar a cooperação entre Macau e Guangdong, sob o princípio de “Um país, Dois sistemas”. A sua construção é concretizada com a cooperação entre Guangdong e Macau e prazo de construção do Novo *Campus* é de três anos. Desde o início da empreitada, em Dezembro de 2009, que o Governo Popular da Província de Guangdong e o Governo Popular Municipal de Zhuhai, em cooperação, têm dedicado todos os esforços para a implementação desta obra, a qual tem progredido de forma ordenada.

A obra de aterro e tratamento da fundação em solos brandos no Novo *Campus* teve início em princípios de 2011 e foi concluída no 1º trimestre do mesmo ano. Todas as empreitadas de construção das fundações dos edifícios foram concluídas no início do 3º trimestre de 2011, tendo-se já iniciado as obras de escavação dos edifícios com cave.

A entrada e saída do *Campus* é feita por meio de um túnel subaquático exclusivo. Já foram iniciados os trabalhos de cravação das estacas nos troços do túnel do lado de Macau e do lado da Ilha da Montanha. No que concerne ao troço que fica na parte subaquática, os diques norte e sul foram ligados no 4º trimestre de 2010, estando em fase de realização dos trabalhos extracção da água existente no dique e início das obras relativas à cravação de estacas no troço subaquático. As obras respeitantes ao troço do túnel em terra do lado da Ilha da Montanha e de Macau já foram iniciadas, estando em fase de conclusão os projectos das diferentes obras.

Em 2012, iniciar-se-ão as obras do acesso exclusivo ao novo *Campus*, continuando as obras do túnel subaquático a decorrer de forma eficiente, o que nos permite ter confiança que a conclusão das mesmas ocorrerá dentro do prazo definido.

2.4 Implementação ordenada e articulada das infra-estruturas transfronteiriças, como elemento impulsionador da integração regional

Passando à etapa mais adiantada da integração regional, torna-se ainda mais urgente uma articulação na implementação das infra-estruturas transfronteiriças, pois a circulação de pessoas e de mercadorias só é livre quando o caminho está aberto. Em 2012, ir-se-á continuar a manter uma comunicação estreita com Guangdong e Zhuhai, negociando-se a concretização de vários projectos de infra-estruturas transfronteiriças e trabalhos preparativos de planeamento, preparando melhor a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-

Zhuhai-Macau em 2016 e do terminal de Gongbei de transporte por carril interurbano de Zhuhai.

2.4.1 Trânsito terrestre transfronteiriço

Estando a conclusão das obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau prevista para o final de 2016, os três territórios acordaram em terminar a elaboração do plano de controlo dos veículos em trânsito na ponte até final de 2013. Os governos dos três territórios trocaram opiniões relativamente à previsão e estudo do transporte transfronteiriço após a inauguração da ponte, tendo realizado negociações sobre a gestão dos serviços que respeitam às viaturas oficiais, veículos de transporte de passageiros e de mercadorias, autocarros e veículos de aluguer transfronteiriço. Ao mesmo passo, procederam ao estudo do planeamento da rede viária que liga os acessos à ponte e às zonas vizinhas, assim como da instalação de equipamentos. Esperamos em 2012 concretizar com a maior brevidade possível o planeamento do trânsito da rede viária da periferia da ponte e acelerar a definição dos regulamentos e planos para controlo dos transportes em trânsito e transfronteiriços.

Quanto à configuração geral de trânsito nos postos fronteiriços, iremos acelerar o planeamento e estudo da ligação com Macau da auto-estrada Pequim-Hong Kong-Macau, da auto-estrada Taiyuan-Macau e auto-estrada costeira do Oeste, através da Ilha da Montanha, concluindo com a maior brevidade possível o estudo e a construção do sistema rodoviário de ligação entre Macau e a Estrada da Ilha da Montanha, incluindo a construção da via de circulação desnivelada na rotunda do Istmo Taipa-Coloane, o projecto do plano de ordenamento da Rotunda da Piscina Olímpica, a coordenação do planeamento do túnel do Morro da Taipa Grande com o metro ligeiro e a “zona E” dos novos aterros, assim como o estudo de viabilidade do túnel fluvial para peões entre o Terminal do Metro Ligeiro da Barra e a Lapa, em Zhuhai.

2.4.2 Abordagem da gestão dos veículos em trânsito transfronteiriço

Para promover os estudos da gestão dos veículos com autorização temporária para passagem única da fronteira, a elaboração dos regulamentos sobre a gestão de veículos de Macau que entram e saem da Ilha da Montanha (limitado a veículos que circulem dentro da Ilha da Montanha) e os estudos sobre a emissão de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente para as partes de Guangdong e Macau, matérias previstas no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, já se encontra elaborado o plano de reciprocidade da troca de carta de condução da categoria de automóvel ligeiro entre Guangdong e Macau a fim de ser estudado por parte de Guangdong, com vista a chegar a um consenso, o mais cedo possível, pondo assim em prática o plano de troca de carta de condução.

Ao mesmo tempo, a fim de implementar de forma ordenada o plano de entrada e saída da Ilha da Montanha dos veículos motorizados de Macau, iremos criar um sistema uniformizado de controlo de veículos, tomando como referência o actual modelo tecnológico e a experiência dos serviços alfandegários, assim como iremos abordar a introdução do sistema

de identificação dos veículos, na expectativa de concluir em 2012 o estudo da gestão dos veículos em trânsito e análises pormenorizadas.

Já se encontra concluído o plano conceptual preliminar da configuração geral, da rede viária e das infra-estruturas do posto fronteiriço (zona gerida por Macau), aguardando-se apenas a decisão da parte de Zhuhai quanto à escolha da entidade de construção para se dar início à fase de aprofundamento do plano conceptual. O plano conceptual e a execução das obras da via de ligação de Macau terão início depois da definição da configuração da zona gerida por Macau, no posto fronteiriço.

2.4.3 Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau

Ficaram concluídos os concursos públicos para a elaboração de projectos da estrutura principal da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, entre eles, os trabalhos de concepção e execução da obra de construção do túnel das ilhas artificiais foram iniciados no fim de 2010. Prevê-se que em 2012, a elaboração do projecto da ponte fique concluída e que os vários concursos públicos para a execução da obra de construção sejam iniciados, bem como que a obra de construção do túnel das ilhas artificiais entre na fase de execução global.

O aterro para a ilha artificial do posto fronteiriço da Zhuhai-Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau encontra-se em plena execução, e no fim de Maio de 2011, atingiu o investimento no valor de 791 milhões de patacas. Em 2012, a execução do aterro concentrar-se-á na consolidação dos terrenos, incluindo o tratamento de terra por sobreposição e as fundações. Estarão criadas as condições favoráveis para a construção do posto fronteiriço após a conclusão do aterro.

2.4.4 Passagem subaquática pedonal entre o Porto Interior e a Ilha da Lapa (Wanchai), em Zhuhai

Manter a cooperação Zhuhai-Macau foi sempre um dos trabalhos fulcrais do Governo da RAEM. Através do mecanismo de diálogo do Grupo Específico de Cooperação Zhuhai-Macau, o Governo da RAEM irá acelerar o estudo sobre a viabilidade de construção de uma passagem subaquática pedonal entre a Lapa (Wanchai) de Zhuhai e ligação à estação do metro na Barra, em Macau.

Os Governos de Guangdong e Macau além de terem iniciado estudos minuciosos sobre a viabilidade de construção da passagem subaquática pedonal acima referida, este ano, irão aprofundar os respectivos estudos, por forma a impulsionar rapidamente a conclusão deste projecto.

2.5 Aperfeiçoar as medidas de contingência para o abastecimento de água, avançar a construção das instalações hídricas

Com base no actual mecanismo de cooperação Guangdong-Macau na garantia de segurança no abastecimento de água, vai ser elaborado um anteprojecto de contingência para a segurança no abastecimento de água nos finais de 2011.

Em 2012, iremos continuar a intensa cooperação com o Interior da China com vista a prevenir e responder a ocorrência de acidentes que ponham em causa a segurança no abastecimento de água.

Mantendo estreitos contactos com os serviços públicos hídricos do Interior da China, o Governo da RAEM manter-se-á a par do andamento da obra, da implementação das áreas financeiramente apoiadas por Macau, incluindo o alojamento dos emigrantes das zonas onde se constrói o referido empreendimento, conservação do solo, reordenamento ambiental, etc.

2.6 Novo progresso na cooperação ambiental. Desenvolvimento progressivo do sector energético

Ao longo do ano passado, foram realizados activamente intercâmbios de cooperação no âmbito de protecção ambiental, tendo-se verificado a partilha de informações relativas ao estudo científico-ambiental, ao sistema de gestão dos desastres ambientais, à prevenção e controlo da poluição ambiental, e à promoção do início da cooperação regional relativamente ao ordenamento do Canal dos Patos, abrindo-se, assim, um novo capítulo da cooperação regional conjunta nas áreas da prevenção e do controlo da poluição. Em 2011, irá concluir-se o estudo sobre as soluções para o ordenamento do ambiente hídrico do Canal dos Patos. Em 2012, procurar-se-á realizar o controlo da poluição nas duas principais bocas de descarga de efluentes no Canal, na parte de Macau, e proceder-se-á à troca de ideias de forma a ser alcançar o consenso com Zhuhai promovendo assim acções relativas ao desassoreamento parcial.

Na área da energia, será dada continuidade ao aprofundamento da cooperação regional e à concretização do quadro de cooperação Guangdong-Macau, a fim de assegurar o fornecimento seguro, estável, ecológico e económico de energia.

Em coordenação com o plano geral de desenvolvimento urbano de Macau, o primeiro e segundo circuitos da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que liga Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), entrarão em funcionamento em 2012, para que a capacidade de importação de electricidade da interligação regional de Macau aumente 50%. Além disso, com a coordenação simultânea, do funcionamento das interligações que ligam as subestações de Guoan e de Jialin, de 500kV, da rede de Zhuhai, e as redes provinciais, e as outras obras de reforço das redes de 220kV, poderá ser aumentada a segurança e estabilidade da transmissão de electricidade para Macau. No próximo ano, também estará concluída a construção de infra-estruturas de fornecimento de electricidade, como a subestação de 110 kV da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, que fornecerá electricidade para a mesma.

No âmbito de fornecimento de gás natural, pretende-se através de oportunidades de cooperação entre Guangdong e Macau, estudar e analisar a viabilidade de ligação, a longo prazo, à rede principal de Guangdong, e aproveitar a rede de gasodutos, de gás de várias

origens, a instalar na província, a fim de garantir a segurança do fornecimento de gás para Macau.

2.7 Aprofundar a cooperação regional e partilhar os resultados decorrentes do desenvolvimento das telecomunicações

Com a estreita cooperação entre Guangdong e Macau, os cidadãos geram uma procura intensa dos serviços de telecomunicações de melhor qualidade e a baixo preço, para a utilização nas duas regiões, logo, será um trabalho fulcral para 2012 a promoção da redução das tarifas do serviço de chamadas de longa distância e do serviço itinerante entre as duas regiões, a fornecer pelos operadores de telecomunicações de Guangdong e de Macau.

Na sequência do resultado do estudo efectuado em 2011, por uma empresa de consultoria, relativamente a estes assuntos em 2012 tomar-se-á como referência as sugestões apresentadas no mesmo, dando-se início à fase de negociações com as respectivas entidades para a implementação desses serviços, aproveitando-se as negociações para ajustar, as tarifas relevantes entre as duas regiões para um nível mais razoável.

Além disso, pretendemos dar continuidade aos estudos sobre a potencial colaboração entre Guangdong e Macau, nas áreas das tecnologias da informação e da comunicação, abrindo espaço para o desenvolvimento das empresas e instituições de Macau.

3. Planeamento Urbanístico

Com o rápido desenvolvimento urbano de Macau, prevê-se que, no futuro, Macau enfrentará maiores desafios. Assim torna-se necessário realizar trabalhos de planeamento urbanístico, continuando a proceder à verificação das insuficiências ocorridas nos anteriores trabalhos, aprendendo com a experiência, ousando inovar com vista a prosseguir trabalhos futuros.

3.1 Implementar o regime legal para aperfeiçoar o plano urbanístico

De modo a criar um sistema de planeamento urbano moderno e científico, deu-se início aos trabalhos de elaboração e de auscultação do projecto da “Lei do Planeamento Urbanístico” e dos respectivos diplomas complementares, com base no “Estudo do Sistema de Planeamento Urbanístico de Macau”. Esta lei estabelece os princípios fundamentais da urbanização e gestão do planeamento urbanístico de Macau, e, simultaneamente, dá cumprimento aos princípios respeitantes à garantia do interesse público, ao desenvolvimento sustentável, à protecção dos recursos naturais, à protecção do património cultural e à promoção da participação do público, etc., em articulação com a orientação de desenvolvimento urbano, no sentido de coordenar adequadamente a distribuição do espaço urbano, melhorar o ambiente habitacional, bem como, orientar o desenvolvimento e a construção de Macau.

A “Lei do Planeamento Urbanístico”, estabelecerá também os níveis e a hierarquia dos diferentes planos, assim como, um conjunto de procedimentos, nomeadamente, a elaboração, alteração, aprovação, publicação e execução dos Planos.

No 4.º trimestre do ano de 2011, deu-se início à auscultação pública da “Lei do Planeamento Urbanístico”, e serão envidados esforços para proceder à sua apresentação à Assembleia Legislativa no próximo ano.

3.2 Lançamento dos trabalhos de elaboração do Plano Director Urbanístico em articulação com a futura configuração de desenvolvimento urbano

Nos últimos anos, a cooperação inter-regional Guangdong-Hong Kong-Macau foi sendo gradualmente estabelecida, e após ter sido celebrado o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, os trabalhos do plano dos novos aterros urbanos estão a ser realizados de forma programada, pelo que, a configuração geral da cidade de Macau já se encontra basicamente definida. Além disso, concluímos o projecto preliminar do Desenho Urbano Global de Macau. As diversas actividades relacionadas com o planeamento urbanístico e a urbanização já estão realizadas ou concluídas os planos específicos, pelo que, o resultado obtido constituirá a base de fundamentação para a elaboração do Plano Director Urbanístico.

O futuro Plano Director Urbanístico vai ser elaborado em conformidade com os seguintes princípios: reforçar a preservação e a utilização dos recursos não renováveis e escassos; criar uma paisagem urbanística de Macau com características singulares e distintas, organizar os espaços públicos e abertos; desenvolver a sinergia entre bairros novos e antigos; implementar a conservação das zonas históricas e de património cultural; articular as infra-estruturas de grande dimensão, otimizando a disposição das instalações públicas criando uma imagem de Macau como uma cidade costeira e internacional. Em paralelo, esforçar-nos-emos na coordenação do desenvolvimento do sector do turismo e lazer e das indústrias culturais, promovendo assim a diversificação da economia.

3.3 Realização de ampla auscultação pública e elaboração do plano director das novas zonas urbanas

No ano de 2012, iniciar-se-á a elaboração da terceira fase do projecto, a qual será baseada nas opiniões e sugestões dos especialistas e dos cidadãos, recolhidas na segunda fase de auscultação pública (concluídas no 4.º trimestre de 2011). Proceder-se-á à discussão específica e aprofundada das questões técnicas, tais como: localização das infra-estruturas de grande dimensão, aproveitamento dos terrenos, infra-estruturas viárias, instalações públicas, áreas verdes, paisagem marginal, o aproveitamento da orla costeira, a definição do seu índice de utilização, protecção ambiental, o aproveitamento do subsolo, as instalações públicas, a prevenção de calamidades naturais, o calendário de execução e estratégia, etc. Paralelamente, proceder-se-á à planificação do futuro de Macau, em conjunto com a população, através da realização da 3.ª fase de auscultação pública.

3.4 Com Base nos regimes legais, proceder cientificamente a Plano dos Bairros Antigos

Sob a premissa de “legislar primeiro”, o projecto de Lei do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” foi remetido à Assembleia Legislativa e já entrou em fase de discussão. Em 2012 reforçaremos a divulgação das informações referentes ao reordenamento dos bairros antigos. Para o efeito iremos continuar a organizar palestras e workshops de forma “ponto a ponto e frente a frente”, através do recurso a vários meios e canais de promoção, no sentido de permitir que os moradores compreendam profundamente o conteúdo do respectivo regime jurídico e se pronunciem.

Com a entrada em vigor do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, iremos proceder à recolha de opiniões junto dos moradores do Bairro de Iao Hon antes de se iniciar o respectivo projecto de reconstrução e dar-se-á início ao procedimento do concurso de concepção do projecto de reconstrução.

Por outro lado, serão concluídos no início do ano 2012 os trabalhos de vistoria aos cerca de 2 500 fogos distribuído pelos 7 edifícios do Bairro de Iao Hon, sintetizando os dados e informações recolhidas para proceder à análise da idade dos moradores, das condições de vida, da mudança de qualidade do ambiente habitacional, etc.

Continuaremos com os trabalhos de implantação de uma base de dados sobre os bairros antigos, desenvolveremos as investigações e os estudos nas várias zonas dos bairros antigos, recolheremos as informações dos diversos bairros antigos de Macau e as opiniões bem como os conhecimentos dos moradores sobre o reordenamento dos bairros antigos, e promoveremos ainda, a cooperação das organizações dos moradores com as associações profissionais.

A resolução do problema das inundações verificadas na zona do Porto Interior, irá influenciar: o desenvolvimento sinérgico entre regiões, a orientação de desenvolvimento urbano, o Plano Director Urbanístico, as carreiras marítimas de passageiros e mercadorias, o desenvolvimento do sector das pescas, as infra-estruturas de grande dimensão, o planeamento estratégico para os transportes e os serviços prestados aos cidadãos, bem como a protecção de património mundial, instalações para os serviços turístico-culturais, desenvolvimento de diversificação industrial e revitalização dos bairros antigos, etc.

Entretanto, o Governo está a planear a criação de um grupo interdepartamental específico para acompanhamento do assunto acima referido. Em paralelo, será convidada uma empresa de consultoria para proceder à integração de todas as áreas técnicas envolvidas, elaborar a estratégia geral de execução, procurando uma solução.

Para criar uma boa imagem turística da cidade de Macau, serão feitos estudos de modo a aproveitar as vantagens da história cultural das Ruínas de S. Paulo, no sentido de apoiar a protecção do local sob o ponto de vista histórico, cultural, da diversificação industrial, da melhoria da qualidade de vida e do ambiente empresarial, através da criação das caracterís-

ticas singulares de diversificação turístico-cultural. Em simultâneo, iremos iniciar o plano de pormenor dos estaleiros na zona de Lai Chi Vun, proceder ao estudo sobre a viabilidade de revitalização dos estaleiros abandonados, preservando e transmitindo a magnífica e antiga tecnologia de construção naval de Coloane, ligando assim sistematicamente as memórias históricas ao espaço.

3.5 Estudo sobre outros projectos fulcrais

3.5.1 Plano conceptual urbanístico geral e ambiental do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e da zona adjacente

O posto fronteiriço das Portas do Cerco é o maior posto fronteiriço terrestre de Macau. Em 2011, o Governo iniciou o estudo do planeamento urbanístico geral do posto fronteiriço das Portas do Cerco e da zona adjacente, envidando esforços para tornar este posto fronteiriço o “pórtico norte de Macau”, em harmonia com a estratégia delineada para Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

Tencionamos utilizar as Portas do Cerco como terminal de partida da 1.ª fase do Metro Ligeiro, terminal de correspondência das 1.ª e 2.ª fases do Metro Ligeiro e, desejamos através da racionalização da utilização do terreno valorizar a função urbana, de modo a melhor harmonizar com o arranjo paisagístico, bem como outros sistemas de transportes e as instalações comunitárias, criando, assim, uma nova “porta de entrada” para uma cidade moderna.

Tendo-se concluído a recolha dos dados e a fase da concepção do planeamento preliminar. Serão realizados em 2012 estudos profundos sobre vários temas, incluindo o trânsito, o arranjo paisagístico, a construção verde, as infra-estruturas, etc., para aperfeiçoar todo o projecto.

3.5.2 Estudo sobre “Klimaatlas” (Atlas do clima) de Macau

A fim de melhor conhecer a situação climática de Macau, permitir uma profunda análise sobre a distribuição espacial da malha urbana e promover o futuro desenvolvimento, com alta qualidade, do seu ambiente urbano, encomendou-se a uma equipa estrangeira de especialistas a realização de estudo *in loco* sobre a situação do clima e do ambiente urbano de Macau, tendo sido iniciado o estudo dos dados recolhidos para elaboração do “Klimaatlas” (Atlas do clima). A conclusão deste estudo está prevista para 2012.

3.5.3 Sistema de visionamento “Digital Macau” a 3 Dimensões

Por outro lado, em articulação com a tendência de gestão da informatização de uma cidade moderna, iremos construir uma plataforma inteligente de informações da cidade, e através de tecnologia avançada sobre a simulação da realidade, simular um ambiente urbano a 3 dimensões, a fim de elevar o nível de gestão do planeamento urbanístico e garantir que os projectos de construção estejam em harmonia com o desenvolvimento do ambiente

urbano. Para este efeito, continuaremos em 2012 os trabalhos relativos a instalação do Sistema “Digital Macau” a 3 Dimensões e, através da sua aplicação a todas as zonas de Macau, iremos dar a conhecer os projectos de planeamento urbanístico e a fisionomia paisagística da cidade no futuro, assim como realizarem estudos científicos sobre o trânsito, a protecção civil, a protecção ambiental, o planeamento comunitário, as infra-estruturas, etc.

4. Habitação

Iremos continuar a observar o princípio de tomada de decisões científicas, fixar as políticas de habitação em diferentes níveis. As alterações aos diplomas legais sobre habitação pública são as mais adequadas à situação social e às necessidades do futuro desenvolvimento de Macau.

Em 2012, iremos concretizar, de forma global, a construção das 19 000 fracções de habitação pública. Além disso, o Governo também planeou a construção de mais 6 000 fracções de habitação pública como reserva, estando 3 000 em fase de concepção sendo que estão reservados terrenos para construção de cerca de 2 500 fracções.

Além de envidar esforços para acelerar a construção das habitações públicas, estamos bastante atentos ao ambiente habitacional e às instalações, de modo a articular o ambiente habitacional com as instalações sociais. Actualmente, os equipamentos e serviços sociais de habitação pública abrangem um vasto leque de serviços, incluindo centros de saúde, escolas, centros de juventude, centros de apoio aos idosos, bem como oficinas de apoio e trabalho protegido para deficientes, parques de estacionamento público, instalações recreativas e desportivas e centros comunitários de actividades em grande escala e centros de transbordo para transportes públicos, por forma a melhorar o ambiente comunitário para os moradores.

No âmbito do mercado imobiliário privado, iremos promover e definir as políticas e medidas a curto e longo prazo, com vista a regulamentar as actividades de compra e venda de fracções, assegurar os direitos e interesses reais dos compradores, promover o desenvolvimento contínuo e saudável do mercado imobiliário.

No próximo ano, o Governo irá disponibilizar as habitações públicas e prestar atenção ao desenvolvimento do mercado imobiliário nos termos da programação dos planos estabelecidos.

Após a conclusão dos trabalhos preliminares e por força da entrada em vigor dos diplomas legais, em 2012, vão ser executadas as propostas políticas anunciadas. Acreditamos que as várias propostas políticas vão alcançar, de forma gradual, os resultados pretendidos, a fim de concretizar o objectivo político “Habitação para todos, bem-estar para todos”.

4.1 Aceleração da construção de habitação pública e atribuição de habitação

O ano de 2012 será crucial para a construção de habitação pública, estando uma grande quantidade de fracções de habitação pública em fase de construção. Iremos acompanhar, de

forma permanente, a execução das obras, com vista à resolução atempada dos vários problemas e à conclusão pontual dos projectos.

Iremos efectuar faseadamente os trabalhos relacionados com o arrendamento e a venda das fracções de habitação pública. Os agregados familiares constantes na lista de espera de habitação social serão alojados de acordo com os requisitos de candidatura e os critérios de avaliação.

Relativamente à habitação económica, o preço de venda de fracções é fixado conforme a capacidade aquisitiva do agregado familiar. Tendo por referência a revisão do regime de venda de habitação económica, serão efectuados os trabalhos relativos à venda ou distribuição prévia das habitações aos agregados familiares que se encontram na lista de espera.

4.2 Recolha alargada de opiniões, definição das estratégias para desenvolvimento de habitação pública

Em 2012, no intuito de aumentar a eficiência da divulgação das políticas e medidas, com base nas experiências acumuladas, serão aperfeiçoados os procedimentos das consultas. Simultaneamente, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública continuará a assumir a função de plataforma de recolha das opiniões e sugestões dos representantes dos vários sectores relativas às políticas de habitação.

Além disso, após análise sistemática da situação actual do mercado imobiliário e das questões habitacionais de Macau e em resposta à necessidade de haver políticas e medidas para futuro desenvolvimento da habitação pública a médio e longo prazo, com visão e os objectos políticos, foi iniciada a elaboração do projecto das Estratégias de Desenvolvimento de Habitação Pública (2011-2020). Prevê-se que os trabalhos de consulta pública tenham início em 2012. Com o objectivo de elaborar várias vertentes de políticas de habitação pública a longo prazo com o consenso social, iremos dar a conhecer ao público, o conteúdo do texto e recolher as opiniões e sugestões da sociedade, através dos diferentes meios, prevendo-se que a sua elaboração termine no ano de 2012.

4.3 Aperfeiçoamento das instalações de apoio para elevar a qualidade da administração de condomínios

Para clarificar as competências e as responsabilidades da administração de condomínios e melhorar a sua qualidade será criada legislação neste âmbito. Os serviços de Assuntos de Justiça e o Grupo de Estudo de Especialistas sobre a Revisão do Regime de Propriedade Horizontal são responsáveis pela análise do regime de propriedade horizontal constante do Código Civil, designadamente para proceder à realização do estudo sobre a viabilidade de implementação do regime de registo e inscrição das comissões administrativas dos condomínios. Atendendo que a revisão daquele regime incluirá à administração de condomínios de habitação económica, o Grupo de Estudo de Especialistas procederá, em simultâneo, ao estudo e revisão da legislação reguladora da administração de condomínios de habitação económica, que será continuado ao longo de 2012.

O Centro de Arbitragem de Administração Predial iniciou o seu funcionamento em Junho do corrente ano, tendo como fim resolver litígios de administração de condomínios através da conciliação e da arbitragem. Em 2012, vão aumentar as actividades publicitárias, de modo a que os proprietários de habitações possam ter conhecimento das atribuições e do modo de funcionamento deste Centro de Arbitragem.

A proposta de lei do Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão do Porteiro, e o projecto do regulamento administrativo, foram enviados aos Serviços de Assuntos de Justiça para análise. Em 2012, continuaremos a acompanhar os trabalhos legislativos, a fim de ficarem concluídos os respectivos procedimentos. Com a aplicação da respectiva legislação, competirá ao IH proceder à apreciação das habilitações das empresas de administração de condomínios e dos porteiros, bem como, à emissão de licenças, para elevar a qualidade profissional no exercício da actividade de administração de condomínios.

4.4 Prestação contínua de serviços de apoio, melhoramento dos planos de apoio financeiro

Em 2012, iremos continuar a apoiar e incentivar os proprietários a concretizarem os trabalhos de reparação e conservação de edifícios, através dos planos de apoio financeiro concedidos pelo Fundo de Reparação Predial (FRP). No sentido de conhecer melhor os resultados e as deficiências da promoção dos planos de apoio financeiro, iremos encarregar uma instituição académica de proceder à investigação, estudo e análise sistemática, prevendo-se a entrega do respectivo relatório nos finais do ano 2012. Depois, o Governo procederá ao ajustamento racional dos planos de apoio financeiro, de acordo com as necessidades sociais, sob o pressuposto da concretização dos objectivos das políticas e do aproveitamento racional do erário público. A longo prazo, espera-se que os proprietários cumpram as obrigações de reparação e conservação das partes comuns dos seus próprios edifícios e ainda acompanhem de forma eficaz o aperfeiçoamento da execução das diversas medidas e políticas de administração de condomínios.

Em 2012, irá ser continuada a divulgação sobre o aperfeiçoamento de administração de condomínios, a importância da reparação e conservação dos edifícios, promovendo-se a utilização dos planos de apoio financeiro do FRP, de modo a apoiar a resolução dos problemas de infiltrações nas instalações comuns dos edifícios através do “Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios”, a fim de assegurar a qualidade de ambiente habitacional.

4.5 Regular as actividades imobiliárias, Promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário

Em 2011, foram lançadas várias medidas e políticas sobre o funcionamento do mercado imobiliário, para promover o seu funcionamento saudável. No futuro, será posta em prática

a execução das medidas e políticas estabelecidas e divulgadas de forma clara e contínua as informações aos residentes.

Com o intuito de regulamentar a actividade de mediação imobiliária, elevar o nível profissional dos agentes imobiliários, assegurar os legítimos direitos e interesses das partes envolvidas no processo de transacção de imóveis, será promulgada a “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária”, que aprovará o respectivo regime jurídico, que regulará a actividade das empresas de mediação imobiliária e dos agentes imobiliários, só podendo ser emitidas licenças de exploração e de agente imobiliário quando se encontrarem reunidos os requisitos legais para o exercício da actividade de mediação imobiliária.

Será estabelecido o regime de exame profissional unificado, mecanismo de fiscalização e sanção, a fim de regulamentar o funcionamento do mercado de mediação imobiliária, assegurar os interesses e direitos dos consumidores e promover o desenvolvimento saudável deste sector. O respectivo projecto de lei foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, em Fevereiro de 2011. Em 2012, ir-se-á desenvolver os respectivos trabalhos, incluindo o desenvolvimento do trabalho de licenciamento dos mediadores e agentes imobiliários e a execução do respectivo trabalho de fiscalização.

Em simultâneo, iremos desenvolver de forma abrangente uma série de actividades de divulgação e promoção, através dos diferentes meios, a fim de permitir que os respectivos profissionais e os residentes tenham conhecimento dos seus direitos e obrigações conferidos pela lei e um entendimento claro sobre o conteúdo e as regras plasmadas na lei.

5. Gestão de solos

Em articulação com o desenvolvimento de Macau e através da revisão da Lei de Terras e da elaboração da Lei do Planeamento Urbanístico, iremos proceder com prudência à gestão de solos, com o intuito de gerir os recursos de solos da RAEM de uma forma sistemática e eficaz. Por outro lado, iremos continuar a realizar os trabalhos de combate à ocupação ilegal de terrenos.

5.1 Monitorizar eficazmente o aproveitamento dos terrenos através de aplicação de tecnologia

Quanto aos trabalhos de combate à ocupação ilegal de terrenos públicos, já demos início à utilização da tecnologia avançada “*Remote Sensing*”, para realizar os trabalhos de fiscalização relativos às situações de mudança do aproveitamento dos terrenos, nomeadamente, através de fotografia aérea e imagens de satélite.

Em 2012, à medida que a tecnologia e o respectivo equipamento sejam gradualmente aperfeiçoados, iremos continuar a realizar os trabalhos de fiscalização de terrenos, de uma forma sistemática, nas situações de mudança do aproveitamento dos terrenos, designada-

mente, de ocupação ilegal de terrenos, de assentamento de terrenos nos novos aterros, etc., permitindo o aproveitamento racional dos preciosos recursos de solos.

A fim de salvaguardar o aproveitamento razoável dos terrenos concedidos dentro do prazo estabelecido e otimizar a gestão dos recursos de solos, procedemos no corrente ano à análise dos casos que em que o não aproveitamento dos terrenos é imputável aos concessionários, tendo sido iniciada a instrução de vários procedimentos de declaração da caducidade da concessão. Em 2012, iremos continuar a reforçar os trabalhos de fiscalização do aproveitamento dos terrenos concedidos, nomeadamente, a implementação gradual do sistema de fiscalização automática do aproveitamento e o reforço do mecanismo de coordenação e contacto dos respectivos serviços, de modo a que os concessionários dos terrenos cumpram as disposições contratuais e assim procedam à construção e desenvolvimento atempado dos empreendimentos.

No próximo ano, iremos otimizar a “Rede de Informação Cadastral”, proceder de uma forma faseada ao *upload* das informações relativas às “servidões e outros encargos” dos terrenos concedidos antes da implementação da RAEM, alargar as funções de consulta relativamente à localização em mapa dos edifícios em construção e das respectivas fracções autónomas e fornecer informações relativas à sua venda, tornando a “Rede de Informação Cadastral” uma plataforma “*one stop service*” de informações relativas aos terrenos, planeamento e prédios.

5.2 Concluir a versão final da Lei de Terras e a sua entrada no procedimento de produção legislativo no próximo ano

A 2.^a ronda da consulta também ficou concluída em 2011, procuraremos concluir a última versão em 2012, e iremos proceder aos respectivos procedimentos de produção legislativa.

Em articulação com a revisão da Lei de Terras, iniciámos em 2011 os trabalhos de análise e revisão de uma série de diplomas complementares, entre eles, incluem-se previsões sobre “a composição e as funções da Comissão de Terras”, “o método de determinação do montante do prémio de concessão”, “o preço de domínio útil, o foro e as taxas sobre a ocupação temporária e a concessão de uso privativo”, e elaboração do “regulamento administrativo de concurso público de terrenos”, e do “regulamento administrativo de procedimento electrónico”.

Procuraremos no 2.^o semestre de 2012, a conclusão da análise preliminar e da proposta de revisão dos referidos diplomas legais e complementares.

6. Urbanização

O combate às obras ilegais é um dos trabalhos mais relevantes na manutenção da imagem da cidade, pelo que o reforço da gestão urbanística continuará. Em 2012, iremos continuar a reprimir as obras ilegais. Nestas circunstâncias, passaremos a referenciar resumida-

mente as experiências acumuladas ao longo do ano transacto na abordagem e tratamento de casos de obras ilegais, combinando todas as situações e forma de actuação já largamente conhecidas e ao mesmo tempo, tentar implementar novas medidas resolutórias, procurando adaptar o combate às obras ilegais à situação de actual de Macau, de um lado, e de outro reprimir eficazmente a emergência das obras ilegais, visando tornar Macau numa cidade mais agradável.

6.1 Revisão contínua da legislação, melhoramento de directivas e intensificação do combate às obras ilegais

Nós entendemos que a criação de condições que permitam aos cidadãos viver tranquilamente depende não só da conservação e reparação da habitação própria realizadas periodicamente, mas também da implementação e execução de regimes jurídicos que salvaguardem estas áreas. Assim, iremos dar início a revisão de legislação sobre estas matérias, para que de uma forma eficaz e célere, se dê combate a estas situações ilegais.

Nestas circunstâncias, em 2011 concluímos os trabalhos sobre a revisão do Regulamento de Segurança Contra Incêndios. Nessa ordem, foram elaborados projectos de lei e de regulamentos administrativos. A produção desta lei, terá efeitos no reforço do acompanhamento das obras ilegais, elevando o grau de fiscalização e de aplicação de sanções. Por sua vez, o regulamento administrativo regula as matérias de âmbito técnico. No corrente ano, os referidos projectos foram submetidos a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça para efeitos de análise jurídica prevendo-se, para mais breve possível, a respectiva tramitação legislativa.

O Regime Jurídico da Construção Urbana (designado anteriormente por Regulamento Geral da Construção Urbana) está associado estreitamente ao Regulamento de Segurança Contra Incêndios, sendo também um dos diplomas fundamentais para estabelecimento das regras quanto aos trabalhos de gestão urbanística. Tendo em consideração as exigências do público e do sector em matéria de simplificação das formalidades administrativas, e em ordem à eficiência e à intensificação dos trabalhos de tratamento das obras ilegais, iremos dividir o regime jurídico em duas partes, quanto à administração e quanto à técnica, respectivamente. Nessa esteira, o projecto de legislação, respeitante às disposições administrativas, será submetido a Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça, para efeitos de apreciação no corrente ano, sendo que a entrada no processo de tramitação legislativa está prevista para o ano de 2012.

No respeitante às disposições técnicas, considerando o rápido desenvolvimento do sector da construção civil de Macau tem trazido muitas e novas ideias válidas para a revisão das referidas disposições técnicas, e com o intuito de absorver estes contributos para a apresentação final, iremos fazer estudos mais pormenorizados, e realizar, em 2012, consultas públicas sobre as propostas de revisão a fim de recolher opiniões e procurando assim definir as disposições mais exequíveis.

6.2 Criação de um sistema de localização e monitorização para acompanhar o tratamento de obras ilegais e edifícios em estado de degradação

Com vista a combater e prevenir o aparecimento de novos casos de obras ilegais iremos continuar no próximo ano a implementar, até à publicação de nova legislação, novas medidas destinadas a combater às obras ilegais com base nas medidas que foram implementadas em 2011.

Neste âmbito, iremos aperfeiçoar as funções do actual sistema informático utilizado no órgão administrativo e fazer com que o sistema emita instruções de acompanhamento e alerta, de acordo com as classificações da situação de cada caso, com vista a tratar as construções clandestinas mais eficientemente. Para além disso, iremos utilizar os mesmos métodos para a fiscalização dos terrenos da RAEM, procurando fazer bom uso dos equipamentos para a análise de fotografias aéreas e filmagens de satélite também na fiscalização sobre a modificação das construções de Macau.

Nestas circunstâncias, planeamos criar em 2012 um “Sistema de Gestão da Base de Dados sobre os Edifícios em Estado de Degradação”, procurando estabelecer uma base de dados sobre a classificação dos casos que precisam de ser acompanhados registando, também a situação mais recente, classificação e processo de tratamento do edifício. Por outro lado as informações da base de dados serão verificadas e actualizadas periodicamente, de acordo com a classificação dos casos, com o objectivo de alertar e acompanhar todas as situações. Paralelamente, será feita a revisão dos regimes jurídicos vigentes e mecanismos respeitantes ao tratamento de edifícios em estado de degradação.

6.3 Estabelecimento de mais critérios e directivas no âmbito de apreciação dos projectos no intuito de otimizar os procedimentos de apreciação dos mesmos

Relativamente à apreciação das obras particulares, iremos em 2012 regulamentar o procedimento de apreciação dos projectos, viando uma maior optimização. Baseados nos “Trâmites para Apresentação dos Projectos e Instruções Técnicas respeitantes às Obras de Modificação dos Creches, Lares para Idosos e Centros Comunitários”, iremos continuar a emitir directivas similares referentes aos respectivos equipamentos sociais, tais como, os lares de crianças e jovens, os centros de dia para os idosos, os centros de dia de reabilitação, os centros de serviços de apoio a famílias, etc., tendo subjacente o objectivo de simplificar a tramitação na apreciação dos projectos.

Iremos elaborar, assente na cooperação interdepartamental, medidas de simplificação de procedimentos na apreciação dos projectos de obras de remodelação relacionados com o licenciamento administrativo, de modo a reduzir consultas bi-direccionais, elevar o grau de transparência e tornar os procedimentos mais convenientes e simples para a população.

Planeamos, também, iniciar no próximo ano a “divulgação periódica de dados estatísticos sobre o resultado da apreciação de projectos de obras”, nos quais serão incluídas informações relativas aos edifícios habitacionais privados, nomeadamente a fase em que se encontram “em apreciação”, “em construção” e “conclusão”, colmatando desta forma a lacuna de falta dos dados no mercado imobiliário. Em princípio, os dados referidos serão divulgados semestralmente, passando depois, a ser divulgados trimestralmente, constituindo um mecanismo permanente de divulgação de informações.

6.4 Construções Urbanas

Em 2012, iremos dedicar todos os nossos esforços para a construção de infra-estruturas no âmbito de trânsito e a criação de condições favoráveis à conveniência de deslocação e de uma rede de trânsito acessível e segura.

6.4.1 Aperfeiçoamento de infra-estruturas em articulação com o desenvolvimento acelerado da sociedade

Devido ao desenvolvimento do Cotai, há necessidade de aliviar a circulação e fluxo do trânsito nas Ilhas, pelo que iremos construir em 2012 um túnel subterrâneo na Rotunda do Istmo, prevendo-se a sua conclusão no 1.º semestre de 2013.

A fim de reforçar a ligação rodoviária entre a Península de Macau e as Ilhas, iremos projectar a construção de um túnel na Colina da Taipa Grande por forma a proporcionar um acesso rápido, diminuindo o fluxo de tráfego quer nas vias envolventes do aeroporto, quer na Baixa da Taipa.

Tendo-se concluído os respectivos estudos, em breve iniciar-se-ão os trabalhos de elaboração do referido projecto. Além disso, estamos a realizar estudos sobre a construção de um túnel situado a leste do Reservatório de Cá Hó que fará a ligação entre a Estrada da Barragem de Cá Hó e a Estrada de Nossa Senhora de Cá Hó, no sentido de colmatar a falta de ligação directa na zona leste de Coloane com o exterior, proporcionando mais um acesso para veículos pesados que circulam na Estrada do Altinho de Cá Hó, e aumentar a utilização da mesma. A obra de construção do respectivo túnel está prevista para ser iniciada no 1.º semestre de 2012.

Além disso, na sequência da conclusão da construção da Habitação Económica do Lote TN27 em 2012, e prevendo-se o aumento gradual do trânsito pedonal e rodoviário nesta zona, estamos a planear em 2012 a construção de instalações de trânsito do modelo desniveleado na Rotunda do Ouvidor Arriaga, com vista a melhorar a situação futura do trânsito da zona e proporcionar mais equipamentos de travessia pedonal.

6.4.2 Aperfeiçoamento da rede viária, embelezamento das ruas e reforço das instalações comunitárias

Na sequência do prolongamento da Avenida do General Castelo Branco e da Rua de Lei Pou Ch'ôn, estamos a projectar em 2012 o prolongamento da Avenida do Ouvidor Arriaga,

compreendido entre a Avenida do Almirante Lacerda e a Avenida Marginal do Patane o que contribuirá para melhoria da configuração de trânsito naquela zona bem como abrir um acesso mais conveniente.

Em simultâneo, continuaremos a proceder à instalação de elevadores nas passagens superiores para peões existentes e projectados em 2011. Em 2012, será concluída a instalação dos elevadores na passagem superior da Rua do Campo, e em paralelo, iniciar-se-á a realização de estudos sobre a viabilidade de instalação de elevadores nos túneis pedonais da Praça do Lótus e da Praceta de Miramar e a execução das respectivas obras, proporcionando à população mais equipamentos sem barreiras arquitectónicas, concretizando o espírito de “servir melhor a população”.

Além disso, continuaremos os trabalhos de embelezamento de ruas, bem como ao reordenamento viário na ZAPE. Em 2012, iremos iniciar, de forma faseada o embelezamento das ruas de Pequim, da Alameda Dr. Carlos D’Assumpção, da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e da Praceta de Um de Outubro. Além disso, o Governo irá continuar a embelezar as construções envolventes nos pontos de interesse que fazem parte do Centro Histórico, assim como valorizar os recursos turísticos, criando um bom ambiente turístico.

A obra de construção do Jardim Central situado junto da Rua de Seng Tou, na Taipa está prevista a sua conclusão em 2012. O jardim será equipado com uma biblioteca pública, uma piscina pública e diversos equipamentos de lazer, aumentando-se significativamente a qualidade de vida dos residentes.

Além disso, serão também realizadas no ano 2012 as seguintes construções urbanas: a “1.ª Fase da Ampliação do Hospital Conde de S. Januário”, o “Edifício de Serviços Sociais Pou Tai, na Taipa”; o “Complexo dos Serviços Sociais da Rua da Praia do Manduco” e o “Lar de Idosos de Ká-Hó, o Hospital de Convalescença e o Centro de Reabilitação dos Toxicodependentes” sendo concluídos os respectivos planeamentos e concepção de plantas.

6.4.3 Revisão dos mecanismos de fiscalização de obras para assegurar a sua execução

Para uma melhor execução do PIDDA no âmbito das empreitadas de obras públicas, além de se ter elaborado “Instruções para a elaboração do Orçamento para as Empreitadas de Obras Públicas no PIDDA”, irá também ser aperfeiçoada a regulamentação sobre o método e o processo de orçamento das empreitadas de obras públicas. O Governo, aquando da elaboração dos projectos de investimento público, toma sempre em conta o plano ou a política do futuro desenvolvimento de Macau e só posteriormente pondera se estão ou não reunidas as condições para se dar início à sua execução, após o que então procederá à avaliação quanto ao investimento a ser eventualmente realizado.

Iremos criar um regime sistemático mais justo, imparcial, aberto e eficiente para as empreitadas públicas, bem como analisar e fazer o balanço da experiência apreendida nas diversas fases das empreitadas de obras públicas mais relevantes, nomeadamente na fase de

preparação, de prospecção geotécnica, de concepção, de lançamento de concurso, de apreciação das propostas, de execução de obra, de fiscalização e gestão da obra, de realização de vistoria e de garantia pela solidez da obra, por forma conseguir encontrar a solução que permita o sucesso na execução de obras. Através da optimização e regulamentação do processo de trabalho contribuir-se-á para um melhor controlo do prazo de execução.

Além disso, através de criação dum mecanismo de comunicação permanente com os sectores de construção e do reforço do diálogo com os cidadãos, podemos recolher as opiniões sobre as empreitadas de obras públicas no âmbito de planeamento, concepção, lançamento de concurso, avaliação de propostas, execução de obra, qualidade da obra, fiscalização da obra, realização de vistoria, etc., tudo no intuito de otimizar os trabalhos inerentes às fases de execução das empreitadas de obras públicas.

7. Trânsito e Transportes

A política de Trânsito e Transportes está intimamente relacionada com o quotidiano da população, a acção governativa nesta área além de responder ao aumento do fluxo de passageiros e de veículo trazido pela integração regional, ainda precisa de responder à elevação da qualidade de vida da população bem como a protecção do ambiente.

Em articulação com o desenvolvimento global de Macau e a necessidade de aperfeiçoar a rede de trânsito, em 2012, nas políticas de trânsito e transportes, iremos continuar a actuar segundo o princípio de “prioridade aos transportes públicos”, iniciar ordenadamente a construção do Metro Ligeiro e construir um sistema de políticas de transporte terrestre segundo o modelo “1 núcleo, 2 vertentes e 3 círculos”, sob égide do espírito de “servir melhor a população”. Além disso, iremos também preparar vários planos de acção e medidas, de modo a transformar Macau numa cidade verde agradável para os residentes e os turistas.

Relativamente ao transporte marítimo e aéreo, iremos aumentar a capacidade de recepção dos visitantes e aperfeiçoar as instalações do Aeroporto Internacional de Macau e os serviços de transportes marítimos, com vista a atingir o objectivo de aproveitar as vantagens da ligação do transporte marítimo e aéreo.

7.1 Política de transportes terrestres

7.1.1 Definição científica da política de controlo de veículos, construção de uma cidade verde e ecológica

Concluído o estudo sobre a “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, em que serão tomadas medidas no que respeita ao aperfeiçoamento dos transportes públicos, à racionalização da gestão dos veículos particulares, à criação de ambiente propício para uma mobilidade confortável, à consolidação da construção rodoviária e sensibilização para a segurança rodoviária accionados com base nas linhas de orientação política e no respectivo plano de acção estabelecido, com vista a melhorar de forma geral o

ambiente do trânsito da RAEM. Em 2012, iremos criar ou actualizar os mecanismos existentes tendo em conta o plano de acção constante do estudo. Ao mesmo tempo, em relação às políticas e medidas que têm uma maior influência e mais preocupam a sociedade, iremos estabelecer um mecanismo de esclarecimento e partilha junto da comunidade e do público, encorajando a participação dos cidadãos na sua avaliação.

Criar um ambiente de mobilidade confortável e encorajar a deslocação pedonal constituem também uma medida de aperfeiçoamento da política do trânsito. Para o efeito, em 2012, iremos prioritariamente elaborar um plano para o ordenamento da rede viária dos postos fronteiriços e da periferia dos principais terminais, aperfeiçoando passo a passo o espaço pedonal.

Por outro lado, iremos introduzir pista para circulação em bicicletas, no corredor verde costeiro da RAEM, em conjugação com o plano dos novos aterros urbanos. Iremos implementar, na Taipa, um plano piloto de ciclovias com carácter de lazer e que se ligue com a existente pista de bicicletas na Estrada do Dique Oeste.

7.1.2 Os trabalhos de construção do Metro Ligeiro atingiram um novo marco

No ano 2012, serão iniciados sucessivamente os trabalhos do projecto detalhado e de fabrico dos comboios do Metro Ligeiro, prevendo-se que no 4.º trimestre o projecto detalhado do comboio esteja basicamente concluído e que se inicie o respectivo fabrico. Para o 2.º trimestre de 2012, está prevista a conclusão do Projecto do Tabuleiro Inferior da Ponte de Sai Van para a Instalação do Sistema de Metro Ligeiro.

Quanto às obras de construção civil, em conformidade com a complexidade das obras e as condições de execução das mesmas, bem como, com os princípios de “garantia de qualidade, segurança e eficácia”, continuarão em desenvolvimento as obras de construção das estações e do traçado do Metro Ligeiro nos restantes dois troços da Taipa, e ainda, serão lançadas, de forma integral e ordenada, as principais obras de construção civil nos quatro troços de Macau.

A construção do Metro Ligeiro é uma obra de grande envergadura que se prolonga por vários anos, pelo que é inevitável que provoque certos impactos no quotidiano da população. Assim, iremos seguir os pressupostos de “conveniência ao público” e “construção ecológica”, e através da coordenação e cooperação estreita com os serviços interdepartamentais, proceder-se com eficácia aos trabalhos de fiscalização no âmbito do enquadramento do trânsito, do plano de trabalhos e da gestão da obra, bem como, estabelecer canais de comunicação directa com os residentes através de instalação de postos de comunicação nos locais da obra permitindo o contacto directo com a população e recolher as opiniões do público de forma contínua durante o processo de construção, com vista a melhorar o plano de trabalhos.

Para melhor efectuar o planeamento aperfeiçoado da ligação das estações do Metro Ligeiro aos outros meios de transportes, procedeu-se ao planeamento e ao projecto dos segmentos que reúnem condições ao seu desenvolvimento como centro modal de transportes, incluindo a Estrada Governador Albano de Oliveira e a Barra, os trabalhos de construção dos dois centros modais de transportes serão lançados em 2012, de forma faseada. O centro modal de transportes irá, sob o pressuposto da “prioridade aos transportes públicos” e através duma distribuição adequada, articular o metro ligeiro, autocarros, táxis e outros sistemas de transportes, no sentido de compor uma rede de transporte público tridimensional acessível e abrangente.

Por outro lado, de acordo com a proposta do “Estudo sobre o modelo e serviços de operação comercial do Sistema de Metro Ligeiro” já concluído, no ano 2012 será lançado o concurso para os serviços da futura operação comercial destinada à 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro. E serem tomadas em consideração as opiniões da entidade operadora sobre os equipamentos *hardware* e do sistema, durante o processo de construção e de concepção do Metro Ligeiro. Além disso, o Governo continua a combinar as experiências e capacidade técnica das entidades locais e internacionais, de forma a esforçar a fiscalização dos trabalhos de Metro Ligeiro. No início da fase de preparação da construção do projecto, o Governo irá contratar diversas entidades de assessoria independente de segurança para proceder à avaliação integral da qualidade de segurança e das técnicas de construção do Metro Ligeiro. Com o lançamento dos diversos trabalhos de fabrico e construção do Metro Ligeiro, a entidade de assessoria vai iniciar funções de forma integral.

Tendo em consideração que o Metro Ligeiro é uma das grandes empreitadas de Macau, em que precisamos de proceder eficazmente à supervisão e à operação do Sistema de Metro Ligeiro, no ano de 2012 iremos continuar a proceder à realização de estudos e consultas relativos à legislação sobre o transporte de Metro Ligeiro de Macau, no sentido de promover a elaboração de leis e regulamentos sobre o Metro Ligeiro, e proporcionar uma base legal mais completa. Ao mesmo tempo, iremos monitorizar a situação economia mundial, continuar os mecanismos abertos e transparentes no seguimento da alteração do custo e dos preços e no aperfeiçoamento da gestão financeira, controlo de custos e fiscalização da qualidade, de modo a aperfeiçoar a eficiência da execução e o aproveitamento do erário público.

7.1.3 Inovação do modelo de serviços dos autocarros e melhoria das condições de exploração dos táxis

Com a entrada em funcionamento, em Agosto do corrente ano, do novo modelo de serviços dos autocarros públicos, vamos proceder à revisão da execução das diversas secções da escritura pública referente à prestação do “Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros” por três companhias, para que atinjam a devida qualidade de serviços. Em 2012, iremos implementar um plano de reordenamento de carreiras, racionalizar os recursos, tornar os serviços extensivos às novas zonas urbanas e aos complexos de habitação pública e encurtar o tempo de espera e de viagem, através de carreiras circulares para além de lançar mais programas de benefícios de tarifas mais convenientes para os cidadãos

e abordar a rede de serviços de transportes públicos para os idosos ou grupos sociais mais fragilizados. Além disso, iremos prosseguir com o estudo do plano da rede de carreiras de autocarros que se integre com o percurso da primeira fase do metro ligeiro, tendo em vista a futura exploração do metro ligeiro.

Face ao desenvolvimento económico e da indústria turística da RAEM, é cada vez maior a procura em termos da qualidade e quantidade dos serviços dos táxis, tanto dos residentes como dos turistas, pelo que tencionamos adoptar estratégias e medidas em várias vertentes para otimizar os serviços dos táxis. Iremos emitir mais licenças de táxis em 2012 e seleccionar operadores de qualidade para o sector através de concurso público, melhorando e elevando a qualidade dos serviços de táxi. Por outro lado, procederemos à revisão do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis, com o objectivo de consolidar a legislação da gestão dos táxis. Paralelamente, reforçaremos a fiscalização, controlo e aplicação de sanções, no combate às infracções referentes aos táxis.

7.1.4 Alargamento dos espaços de estacionamento e criação de uma plataforma de informação

Em 2012, tencionamos construir mais parques de estacionamento para utilização por diferentes categorias de veículos. Entretanto, continuaremos a criar mais espaços para estacionamento, incluindo lugares de estacionamento tarifado e áreas de estacionamento nocturno, a estabelecer de acordo com a situação de cada local, para além de sistemas de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos, aumentar a taxa de rotatividade da ocupação dos lugares, regularizar a disciplina do estacionamento e racionalizar os recursos existentes. A par disso, iremos estudar a definição de diferentes tarifas para o estacionamento em função das diferentes zonas de trânsito e apresentar uma proposta para discussão da sociedade, estando a envidar todos os esforços para a elaboração de um plano básico para 2012.

Por outro lado, tendo em conta a conclusão das obras de vários auto-silos, iremos regular a sua gestão para a sua abertura atempada, para uso do público. A fim de intensificar a gestão eficaz dos espaços de estacionamento particulares, iremos elaborar o projecto do regulamento administrativo dos parques de estacionamento privado com oferta ao público, rentabilizando os existentes recursos de estacionamento, estando prevista a conclusão da sua elaboração para o primeiro trimestre de 2012.

Com o objectivo de otimizar a divulgação da informação do tráfego, será desenvolvido o sistema de informação diversificada e será alargado o uso do sistema de informação dos auto-silos e dos respectivos painéis electrónicos, para além da instalação do sistema de orientação do estacionamento no Auto-silo Jardim Comendador Ho Yin e do Auto-silo da Alameda Dr. Carlos d'Assumpção.

A par disso, iremos também lançar a segunda fase do sistema de informação e gestão da localização dos autocarros, mediante o sistema de gestão dos autocarros públicos criado em 2011, alargar a sua cobertura, no sentido de servir um maior número de passageiros, aumentando a sua conveniência e encorajando os cidadãos utilizarem os serviços dos transportes públicos.

7.1.5 Entrada em funcionamento do Centro de Controlo e Informação de Tráfego e desenvolvimento do sistema de tráfego inteligente

O Centro de Controlo e Informação de Tráfego, que irá funcionar 24 horas por dia, proporcionará uma plataforma de coordenação, sob todas as vertentes, da informação e do controlo de tráfego. Em 2012, será desenvolvida uma plataforma de gestão com funcionalidade de recolha e tratamento de dados, divulgação da informação, intervenção em processos de acidentes de viação e gestão aplicada de decisões, e de sensibilização rodoviária. Ao mesmo tempo, será criado um mecanismo de coordenação, com capacidade de prevenção e reacção aos acidentes imprevistos, reduzindo e eliminando os danos graves causados, por forma a recuperar rapidamente o funcionamento normal das faixas de rodagem e a livre circulação do trânsito, consolidando a eficácia do controlo de tráfego.

No aprofundamento permanente do estudo da aplicação do sistema inteligente de tráfego, iremos ampliar os serviços do sistema através da optimização da base de dados do trânsito em tempo real, a 2.ª fase do sistema de detecção de estacionamento ilegal, o sistema de fiscalização das infracções no corredor exclusivo dos transportes públicos, o sistema de divulgação e pesquisa da informação dos transportes públicos e o sistema de gestão dos táxis. Em simultâneo, estudaremos a introdução do painel do sistema de informação viária, com vista a manter o público informado sobre a circulação do trânsito em diferentes vias, para facilitar o escoamento e poupar tempo nas deslocações dos condutores.

7.1.6 Optimização das instalações de instrução e de exames de condução e elevação da qualidade de inspecção dos veículos

Com a inauguração do novo Centro de Aprendizagem e Exames de Condução, teremos condições para aperfeiçoar a aprendizagem e os exames de condução e para optimizar a gestão do recinto. A par disso, os exames de condução dos automóveis pesados passam a ter lugar no centro de aprendizagem e exames de condução dos automóveis pesados na Rotunda da Harmonia, em Coloane, em que iremos beneficiar da área de espera dos examinandos e das instalações informáticas para exibição de dados.

Para acelerar o procedimento de inspecção de veículos automóveis e reduzir o tempo de espera dos cidadãos, será criado um novo centro de inspecção de veículos. Iniciámos em 2011 os trabalhos relativos à adjudicação dos serviços de inspecção, incluindo a elaboração do caderno de encargos, manual de inspecção dos veículos e a coordenação entre o software e os equipamentos físicos. Em 2012, vamos iniciar o processo do concurso público e, ao mesmo tempo, concentrar-nos na forma de colaboração com o eventual adjudicatário no que respeita à transmissão de dados através do sistema informático. Além disso, iremos acompanhar a revisão do Regulamento do Trânsito Rodoviário, nomeadamente na parte das

disposições relativas á tecnologia de inspecção de veículos e à adjudicação dos serviços de inspecção periódica a uma entidade privada.

7.1.7 Serviços mais convenientes para os cidadãos e implementação ordenada do diploma legal do trânsito

Depois da criação, em 2011, de uma plataforma do pagamento electrónico, com a inauguração do novo edifício da DSAT e a entrada em funcionamento da área de atendimento do Centro de Serviços da RAEM em 2012, os locais de atendimento passarão de um a três, podendo os cidadãos dirigir-se a qualquer um deles, consoante as suas necessidades.

Vamos estabelecer mecanismo de diálogo directo com a população, consolidar gradualmente e continuamente a rede de promoção de segurança rodoviária junto das escolas e da comunidade, fazendo visitas às escolas, instituições e associações com a realização de palestras, workshops e exposições de segurança rodoviária. Ao mesmo tempo, dinamizaremos a função do Centro de Informação da Segurança Rodoviária para, em interacção e animação, despertar a atenção e preocupação da sociedade para a segurança rodoviária.

Quanto aos trabalhos da optimização dos diplomas legais, foi apresentada uma proposta para alteração do regulamento administrativo que regulamenta a licença especial de condução, tendo definido os requisitos para emissão e renovação da licença, obrigações dos titulares e dos representantes das respectivas companhias assim como as sanções. Entretanto, começámos já a elaboração do projecto do regulamento administrativo da aprovação de modelos de capacetes para uso dos condutores e passageiros de ciclomoteres e motos que estabelece expressamente os parâmetros técnicos dos capacetes que permitem salvaguardar a segurança dos utilizadores. Além disso, para melhoria da execução da Lei do Trânsito Rodoviário, combinámos as disposições sobre a matrícula dos veículos motorizados do Regulamento de Aprovação das Marcas e Modelos dos Veículos Motorizados com as do Regulamento do Trânsito Rodoviário, procedendo a uma revisão geral para estabelecer as formalidades de homologação e matrícula dos veículos motorizados, as quais tentamos acelerar os respectivos procedimentos de lançamento ao processo legislativo.

7.2 Assuntos portuários

Tendo em vista o aumento considerável do transporte marítimo e do tráfego nas águas confinantes com Macau, que causa grande pressão sobre a navegação, no próximo ano vamos envidar esforços para supervisionar a segurança na navegação e, reforçando a cooperação regional, aperfeiçoar os equipamentos informáticos, racionalizar a utilização das tecnologias, melhorar os equipamentos de salvamento no mar, etc., garantindo a segurança de navegação nas águas confinantes com Macau.

Por outro lado, em articulação com estabelecimento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, iremos, no próximo ano, através de estudos, baseados em critérios científicos, fiscalização rigorosa e gestão eficiente de pessoal e das instalações, adoptar medidas para aperfeiçoar a administração dos diversos terminais marítimos de passageiros, melhorar

o *hardware e software* de apoio aos transportes marítimos, para prestar aos residentes e turistas um serviço com segurança, conveniência, alta qualidade, satisfazendo as necessidades das deslocações.

7.2.1 Aperfeiçoar as condições de navegação, reforçar a capacidade de controlo

Com o início dos diversos empreendimentos no mar, o número de embarcações de que demandam as águas circunvizinhas de Macau irá aumentar de forma sucessiva. Continuando com a cooperação com os organismos competentes do Interior da China, iremos reforçar a fiscalização da segurança da navegação das embarcações rápidas e demais embarcações que circulam nas águas confinantes com Macau e através da colocação de assinalamentos marítimos e controlo do tráfego marítimo, delinear o percurso de navegação das embarcações que demandam as áreas da execução de aterros, adoptando as diligências de segurança necessárias, no sentido de impedir a realização de manobras que ponham em perigo a segurança no mar.

Entretanto, está planeado em construir duas embarcações de resgate que se responsabilizarão pelo alerta aéreo e salvamento no mar, no sentido de potenciar a guarnição da frota naval, melhorar a capacidade de salvamento e reforçar a capacidade de resposta a sinistros no mar.

Prevedendo-se que o tráfego marítimo se torne cada vez mais intenso no Estuário do Rio das Pérolas e nas águas confinantes com Macau, iremos potenciar o VTS existente, incluindo a construção, nas proximidades do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa (TMPT), de um edifício VTS, para supervisionar os três canais mais concorridos e o TMPT, sendo vantajoso para apertar o controlo das embarcações naquela zona. Entretanto, irá ser instalada uma antena de radar ampliando a área de cobertura do VTS, potenciando a capacidade de controlo, além de prestar um serviço fiável de controlo de tráfego marítimo às embarcações que demandam as águas confinantes com Macau, e irá aprofundar a cooperação, no âmbito de segurança no mar, com a Região do Delta do Rio das Pérolas e fazer avançar um controlo ininterrupto.

7.2.2 Racionalizar a gestão dos terminais marítimos, preparar activamente as instalações *software e hardware*

Na sequência da transferência da gestão do Terminal Marítimo do Porto Exterior (TMPE) para o Governo nos finais deste ano, iremos continuar a acompanhar o funcionamento global do TMPE, implementando faseadamente o plano de reordenamento das suas áreas globais, de forma a potenciar o papel liderante, no âmbito de gestão das instalações, processamento dos passageiros e coordenação dos diversos trabalhos do TMPE, prestando aos cidadãos e turistas um serviço de alta qualidade.

Por outro lado, com a entrada em vigor do Regulamento Administrativo – Transporte Marítimo de Passageiros – o transporte marítimo de passageiros de Macau passou a de-

envolver-se de forma diversificada, tendo aumentado o número de operadoras, itinerários marítimos, número de destinos e de viagens. Para regularizar a gestão e funcionamento dos terminais marítimos de passageiros, infra-estruturas indispensáveis ao transporte marítimo de passageiros, o Governo da RAEM irá implementar o Regulamento Administrativo – Administração dos terminais marítimos de passageiros – com vista a preparar uma base para o futuro desenvolvimento sustentável do transporte marítimo de passageiros.

Iremos promover a construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa (TMPT) de acordo com o programa de execução de obra. Em articulação com a construção, iremos abrir uma bacia e um canal de uso exclusivo e aperfeiçoar a colocação de assinalamento marítimo, regras de navegação, o sistema de monitorização das embarcações, proporcionando às embarcações condições seguras de navegação por vários meios. Por outro lado, continuamos a supervisão da execução da obra, a coordenação do planeamento do TMPT e fiscalização da execução das obras, a comunicação e coordenação com as futuras operadoras dos itinerários marítimos do TMPT, sobre o planeamento geral das facilidades do TMPT. Além disso, iremos prosseguir activamente os trabalhos, no âmbito de planeamento de itinerários marítimos, viagens, marcação dos cais de atracação e áreas de exploração de entre outros, melhorar as instalações de apoio, a nível de *software e hardware*, fornecendo aos residentes e passageiros uma instalação com qualidade e de serviço mais eficiente.

7.2.3 Divulgar a cultura marítima através de um Jardim-Museu Marítimo

Vamos realizar um estudo profundo sobre o plano de transformar a Barra num jardim-museu marítimo, bem como avaliar de forma detalhada e a longo prazo, a ampliação e o desenvolvimento sustentável do Museu Marítimo. Entretanto, com vista a conservar e dar continuidade às técnicas tradicionais de construção naval em madeira, com características culturais singulares de Macau, estamos a estudar a candidatura das “técnicas tradicionais de construção naval em madeira de Macau” à lista do património cultural intangível de Macau. Prevê-se iniciar o respectivo processo em 2012 e, em articulação com as actividades promocionais desta candidatura.

Além disso, iremos zelar pela ajuda ao sector da pesca tradicional para encontrar um caminho para o seu desenvolvimento, com medidas de apoio, dando como exemplo, durante o período de “defeso da pesca”, promover o sector da pesca para realizar passeios no mar, destinado aos residentes e turistas, bem como a cultura da pesca tradicional de Macau e construir uma cadeia produtiva da cultura da pesca, criando gradualmente condições de desenvolvimento do sector da pesca.

7.3 Aviação

Ao longo dos últimos anos, o crescimento contínuo da economia de Macau e o desenvolvimento permanente das relações internacionais têm provocado o aumento do turismo

de lazer, de visitantes, e de oportunidades de negócio. O desenvolvimento do sector da aviação civil tem que acompanhar o ritmo do crescimento económico da região, de modo a consolidar a competitividade de Macau na arena internacional. Por outro lado, a segurança é um factor prioritário na indústria do transporte aéreo e por isso, o aperfeiçoamento adicional das infra-estruturas aéreas, o aumento de qualidade dos serviços prestados e o melhoramento da gestão da segurança aérea são áreas em que esta área de governação continuará a desenvolver o seu trabalho.

7.3.1 Promover o desenvolvimento do transporte aéreo e concretizar o plano de desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau

O desenvolvimento económico e social de Macau passa obrigatoriamente pela sua integração na Região do Delta do Rio das Pérolas. A construção da nova rede ferroviária inter-cidades vai aumentar substancialmente o fluxo de passageiros e de mercadorias em consequência das ligações entre Macau e a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas.

Para além disso, no corrente ano, a gestão do Aeroporto Internacional de Macau (AIM) foi transmitido plenamente para uma nova entidade de administração. Em que iremos monitorizar rigorosamente a CAM, de modo a garantir o aumento da qualidade dos serviços do aeroporto e a conformidade da mesma com os requisitos internacionais e com os padrões mais modernos de qualidade.

De acordo com o estudo científico do “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau” até 2030, elaborado em 2011, o aeroporto sofrerá uma expansão gradual e faseada, atingindo uma capacidade anual de quinze milhões de passageiros. O plano para as novas infra-estruturas, que serão gradualmente implementadas, inclui, ainda, uma ligação à rede de Macau de transportes terrestres de grande envergadura. Nos próximos 20 anos, podemos prever que o desenvolvimento do transporte aéreo de passageiros e de carga será contínuo, incluindo o desenvolvimento de produtos de aviação para passageiros de luxo e irá registar um aumento devido à entrada em funcionamento das novas infra-estruturas.

Os voos de helicóptero têm continuado a servir o mercado de turismo de luxo em Macau. Em que iremos, através da plataforma de cooperação proporcionada pela assinatura do “Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau”, promover o desenvolvimento do mercado de transporte de passageiros de helicóptero na Região do Delta do Rio das Pérolas, manter uma comunicação estreita com as autoridades competentes do Interior da China e como também apoiar e efectuar estudos sobre a realização de voos de helicóptero entre Macau e algumas cidades da província de Guangdong, alargando assim o âmbito do desenvolvimento do transporte de helicóptero entre Macau e Guangdong.

7.3.2 Reforçar a gestão de segurança aérea

Para definir as principais responsabilidades das companhias aéreas, no âmbito da segurança, e do Governo, no âmbito da supervisão da segurança, os estados-membros da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) devem elaborar o “Plano Nacional de Segurança” em conformidade com os requisitos da OACI. Por conseguinte, em 2010, foi elaborado o “Plano de Segurança de Macau” de acordo com a realidade local, o qual criou uma base de dados sobre a segurança e risco e recolheu informações sobre os objectivos de segurança na indústria de aviação. No futuro, iremos continuar a promover a implementação do “Plano de Segurança de Macau”, designadamente através de uma comunicação estreita com a indústria da aviação, da partilha de dados sobre segurança aérea e da análise dos respectivos conteúdos. Iremos ainda desenvolver os procedimentos de avaliação para que o desempenho dos sistemas de gestão de segurança das entidades operadoras atinja uma maior eficácia, contribuindo assim para a criação de um mecanismo de longo prazo para a gestão de segurança.

Os trabalhos de monitorização da segurança aérea implicam a recolha de dados de segurança aérea. Actualmente, no intuito de expandir o âmbito da recolha de dados sobre segurança, está a ser criado um sistema para apresentação voluntária de relatórios de acidentes baseado no sistema já existente para apresentação obrigatória de relatórios de acidentes, promovendo assim o “Plano de Segurança de Macau”. Este sistema voluntário visa incentivar os trabalhadores da indústria de aviação a fornecerem activamente informações sobre a segurança e os riscos, através de um mecanismo confidencial e não punitivo, colmatando uma das lacunas em matéria de segurança.

Prevê-se que a nova “Proposta de Lei da Investigação de Acidentes e Incidentes Aeronáuticos e da Protecção da Informação de Segurança Aérea” seja aprovada e que entre em vigor em 2012. Esta proposta de lei define claramente as responsabilidades e os direitos referentes às investigações e cria um quadro legal através de um sistema de relatórios confidenciais e não punitivos.

Iremos implementar um regime de reconhecimento de habilitações do pessoal da segurança aérea, nos termos dos requisitos de acreditação estipulados pela OACI, e produzir a regulamentação necessária para o regime de qualificação profissional dos trabalhadores de gestão de segurança aérea, de modo a melhorar a qualidade da segurança no aeroporto.

No intuito de aprofundar os conhecimentos dos profissionais de coordenação de navegação aérea e garantir o funcionamento seguro das instalações, a OACI, tem criado, gradualmente, orientações claras relativas aos padrões internacionais aplicáveis aos técnicos de electrónica aeronáutica. Em virtude da entrada em funcionamento dos novos sistemas de vigilância, de navegação e de comunicações no Aeroporto Internacional de Macau, e de modo a promover a ligação internacional entre Macau e o exterior, planeia-se elaborar um conjunto de orientações para os técnicos de electrónica aeronáutica, em conformidade com as normas internacionais e os requisitos de legislação aérea em vigor em Macau.

8. Protecção do ambiente e política de energia

8.1 Protecção do ambiente

A protecção ambiental é uma matéria bastante discutida a nível global. Face às alterações climáticas, aos gases do efeito de estufa, entre outros desafios que a comunidade internacional enfrenta, ao responder às solicitações da sociedade, as políticas de protecção do ambiente têm que ter uma visão global, em coordenação com a política do Estado no que diz respeito à conservação energética e redução de emissões, definindo rumos e objectivos de trabalho, com antevisão, assim como a proporcionar bases ambientais necessárias para transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

O melhoramento da qualidade do ar e do tratamento de resíduos serão delineados como prioridades do Governo da RAEM a desenvolver em 2012, sendo dada continuidade ao estabelecimento de diversos diplomas legais no âmbito da protecção ambiental e de critérios e normas ambientais adequadas; ao reforço da sensibilização e educação ambiental, sendo, também, aproveitada a oportunidade da cooperação regional para que as acções de protecção ambiental possam ser promovidas de forma mais abrangente e pragmática, a diversos níveis.

8.1.1 Reforço do controlo de poluição para a melhoria da qualidade de ar de Macau

Os gases de escape dos veículos motorizados são uma das principais fontes de poluição atmosférica. Uma vez que, esta cidade se caracteriza pelas vias estreitas, alta densidade populacional e elevado número de veículos, o controlo efectivo da libertação de gases de escape dos veículos precisa de ser concretizado “a partir da fonte”. Para além de limitar a importação de veículos altamente poluidores, é necessário definir normas mais rigorosas sobre a emissões de gases, em coordenação com o objectivo das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008–2020)”, no que se refere à concretização gradual do melhoramento e uniformização dos parâmetros nacionais de emissão de poluentes provocados pelo consumo de combustíveis nos veículos terrestres e nas embarcações, análogos aos aplicados noutras regiões do País, com vista a melhorar a qualidade do ar nas regiões do Delta do Rio das Pérolas.

Depois da entrada em vigor do regulamento sobre “Fixação dos limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os motociclos e ciclomotores novos aquando da sua importação” e do regulamento sobre a “Fixação dos limites de emissão de gases de escape a que devem obedecer os automóveis novos aquando da sua importação”, será efectuado, em 2012, um estudo sobre a elaboração das normas reguladoras da emissão de gases poluentes a que devem obedecer os veículos em circulação, o regime e os métodos da respectiva inspecção, com o intuito de melhorar, de forma mais abrangente e sistemática, o controlo de emissão de gases poluentes por veículos motorizados para, assim, assegurar a qualidade do ar de Macau.

Será definida a política relativa à introdução e promoção do uso de eco-veículos, a curto, médio e longo prazo, com base das 1.^a e 2.^a fases do estudo feito sobre as respectivas medidas e políticas, e serão activados respectivos projectos-piloto promocionais, nomeadamente, a substituição gradual, a título pioneiro e experimental, dos veículos nos serviços públicos que fiquem sujeitos à eliminação, para que estes estejam de acordo com as normas de emissões ambientalmente adequadas.

Além disso, será promovida, junto às firmas de serviços de autocarro, a actualização gradual dos autocarros para que estes estejam conforme às normas europeias de emissões EURO IV. Será elaborada, por forma ordenada, a política relacionada com a eliminação, o melhoramento da recolha e deposição dos veículos motorizados altamente poluidores, nomeadamente, os motociclos em circulação com motor de combustão interna a dois tempos e os veículos velhos propulsionados a diesel.

Para melhorar o ambiente e a vida dos residentes, com base nos resultados da “Pesquisa e Controlo de fumos oleosos provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas”, e tendo como referência as estratégias congéneres praticadas nas regiões vizinhas, será dado início ao estudo da definição das normas sobre a emissão de fumos oleosos e respectivas estratégias de supervisão e controlo que melhor se ajuste à situação de Macau.

Ao mesmo tempo, serão elaboradas instruções aplicáveis para a qualidade do ar nos espaços interiores existentes em Macau. Em princípio, planeia-se que o projecto possa ser implementado, a título experimental, em locais de atendimento ao público dos Serviços da Administração.

Para coordenar com o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, no que diz respeito ao melhoramento da troca de informações e do mecanismo de prevenção e controlo da poluição a nível regional. Em 2012, será dada continuidade à pesquisa mais aprofundada sobre as fontes poluidoras fixas da atmosfera, ao estudo sobre a elaboração de um inventário mais abrangente das fontes poluidoras e a definição da respectiva política. Além disso, será promovida, em colaboração com as autoridades da Província de Guangdong e de Hong Kong, a criação de uma rede de monitorização da qualidade de ar Guangdong - Hong Kong - Macau, com o objectivo de efectuar a prevenção e o controlo conjunto da poluição atmosférica, a nível regional.

Estão gradualmente a ser melhorados os equipamentos de vigilância da qualidade do ar e a monitorização dos PM_{2,5} (um dos componentes das partículas em suspensão), e no futuro serão integrados no índice de qualidade do ar, ao mesmo tempo, vai ser seguido o critério actual do índice de qualidade do ar, para o nível intermediário-1 (IT-1), da Organização Mundial de Saúde. Os compostos orgânicos voláteis (VOC) serão integrados na lista convencional para a monitorização e os resultados serão, periodicamente publicados. Os gases de estufa serão monitorizados gradualmente, de modo a corresponder os trabalhos globais sobre as alterações climáticas.

8.1.2 Optimização de infra-estruturas ambientais. Melhoria do processo de tratamento de resíduos

No ano 2012 continuar-se-á a proporcionar recursos na elevação das funcionalidades das infra-estruturas ambientais. Prevê-se que o concurso aberto e as obras de modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos (Central Inicial) possam ser realizados no ano 2012. Está a ser promovida a expansão e modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. Prevê-se ainda que a escolha do local e a concepção preliminar para a estação de reciclagem de água, em Coloane, possam estar concluídas, também, no ano 2012.

A “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da Região Administrativa Especial de Macau” é fundamental para a limpeza da cidade e da recolha de resíduos, o respectivo concurso internacional está ainda em prossecução. No novo contrato, a operadora será exigida reforçar os trabalhos na recolha de resíduos recicláveis, incluindo, nomeadamente, o alargamento gradual da rede da reciclagem, bem como o aumento de tipos de resíduos recicláveis, para que sejam reforçados os trabalhos deste tipo de recolha, com vista a alcançar, junto à sociedade, o objectivo de “reduzir os resíduos a partir da fonte e reciclá-los enquanto recursos”.

Em 2012, serão efectuadas pesquisas e análises científicas para recolher dados estatísticos sobre a produção e utilização de sacos de plástico. Através de inquéritos à opinião pública e das experiências e dos resultados obtidos em outras regiões do exterior, serão definidas soluções, propostas e políticas em relação à restrição da produção e utilização de sacos de plástico em Macau.

8.1.3 Reforço da monitorização ambiental, através do estabelecimento de medidas de controlo

No ano 2012, serão promovidas as técnicas de construção civil ambientalmente adequadas e serão concretizadas gradualmente as respectivas instruções destinadas às obras públicas, com o intuito de reduzir o impacto no ambiente durante a execução de obras e o decurso da construção, em coordenação com a política de conservação energética e redução de emissões.

Com base nos resultados obtidos com o estudo sobre o controlo da poluição luminosa, realizado em 2011, será criada uma base de dados e proceder-se-á à definição da política sobre como melhorar o controlo da poluição luminosa, a partir da fonte.

Para melhor cumprir as disposições da “Convenção de Basileia” e da “Convenção de Estocolmo”, será dada continuidade à prevenção de importação de resíduos perigosos e de produtos químicos que possam danificar o ambiente e causar perigo à saúde dos habitantes de Macau. Planeia-se proceder a um estudo para a elaboração do respectivo diploma legal, com vista a melhorar o mecanismo de fiscalização.

A fim de melhorar os serviços de divulgação das informações meteorológicas, iremos continuamente melhorar os procedimentos, os canais e os respectivos sistemas de divulgação, assim como desenvolver a página electrónica destes Serviços, de modo a que disponibilize mais informações. Por outro lado, dada a generalização dos telefones inteligentes, iremos aproveitar as funções destes telemóveis e desenvolver aplicações (Apps), de modo a que os cidadãos possam receber as informações meteorológicas com maior facilidade, atempadamente e com precisão.

8.1.4 Concretização do planeamento ambiental. Promoção da avaliação do impacte ambiental.

Após a realização da consulta pública e a recolha de opiniões em diversos sectores sociais, foi elaborado o texto relativo ao primeiro “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)”, que é um programa-quadro para a definição das acções de protecção ambiental para o futuro. Para se obter uma concretização mais sistematizada do “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau”, será realizada uma supervisão mais efectiva do planeamento, tendo em vista melhorar gradualmente os problemas de protecção ambiental de Macau.

Segundo as opiniões da sociedade acerca do “Texto exploratório para a criação de um regime de avaliação de impacto ambiental”, serão elaboradas instruções ou normas técnicas complementares, com vista a promover ordenadamente o estabelecimento de um regime de avaliação do impacto ambiental.

Em coordenação com as acções de “Transformar Macau num centro de baixo carbono”, será realizado um “Estudo relativo à redução de emissões de carbono e ao desenvolvimento de baixo carbono em Macau” que visa, em conformidade com as circunstâncias, planificar sistematicamente as estratégias do desenvolvimento de baixo carbono em Macau, com vista a promover um estudo sobre como transformar Macau num centro de baixo carbono.

8.1.5 Reforço de estudos específicos. Melhoramento dos sistemas de dados ambientais

Continuar-se-á a promover o estudo sobre “Avaliação geral e estratégias de melhoramento da qualidade das águas costeiras de Macau”. Será criada gradualmente uma rede de monitorização que possa satisfazer as necessidades na gestão do ambiente hídrico e serão apresentadas soluções estratégicas para melhorar a qualidade das águas nas zonas costeiras, com o intuito de elevar a qualidade do ambiente hídrico de Macau.

Será dada continuidade ao melhoramento da base de dados ambientais e ao sistema de informação geoambiental, sendo divulgados, em tempo oportuno, diversos dados ambientais. Aprofundar-se-á o estudo sobre a simulação do ruído ambiental para a criação de um conjunto de dados básicos relativos ao ruído ambiental, destinados ao planeamento ambiental, à avaliação do impacto ambiental, e à definição de políticas ambientais.

8.1.6 Sensibilização e educação sustentada e diversificada. Promoção de um estilo de vida mais ecológico.

A protecção ambiental deve ser um hábito e um estilo de vida da população. Iremos empenhar esforços para elevar o nível de conhecimentos da população, sendo atribuídos incentivos devido à persistência na protecção ambiental. Através da intensificação do Programa de Pontos “Verdes” serão promovidas junto da população, a recolha selectiva de resíduos e outras actividades, com vista a incutir esses bons hábitos na vida quotidiana da população para alcançar uma vida mais ecológica. Para acompanhar a consciencialização da população sobre a protecção ambiental, será dada a continuidade à “Pesquisa sobre o nível de conhecimento da população em relação à protecção ambiental em Macau”, sendo efectuadas a recolha e a análise dos dados mais concretos que possam servir de base para a definição das políticas no âmbito do ambiente.

Em 2012, serão reforçadas as acções contínuas de gestão ambiental nos serviços públicos, nas entidades privadas e nas escolas, através de vários planos específicos, nomeadamente, “Promoção de gestão ambiental nos serviços públicos”, “Prémio Hotel Verde Macau” e os planos de parceria “Eco-Escolas” e “Empresas Verdes”.

8.1.7 Promoção de planos de apoio financeiro. Criação de plataforma da indústria verde.

O Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética foi oficialmente estabelecido em 2011 e tem como objecto promover a protecção do ambiente, a conservação de energia e diminuição de emissão, a poupança de água e o apoio ao sector industrial ecológico. Na fase inicial do funcionamento do Fundo, os destinatários principais são as empresas comerciais e as associações comunitárias.

Nesta linha, iremos continuar a auscultar as opiniões da sociedade para aperfeiçoar o funcionamento do Fundo, com vista à melhoria do mesmo, acompanhado os processos desde a inscrição até fiscalização, de modo a melhorar a qualidade do ambiente e a promover o desenvolvimento da indústria verde, de acordo com a realidade.

Os problemas ambientais no mundo tornam-se cada vez mais graves, o que evidencia a importância da cooperação ambiental, a nível regional e internacional. Assim, o Governo continuará a reforçar a cooperação “interna” e “externa”, através da promoção de vários planos específicos e acções de sensibilização e educação, serão mantidas, por um lado, a comunicação e a interacção com as associações, os profissionais e as escolas, e será reforçada, por outro lado, a sustentabilidade da cooperação e interacção entre Guangdong-Hong Kong-Macau, bem como com as regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, o Ministério da Protecção Ambiental do Estado e com a Agência Portuguesa do Ambiente, mantendo o estreito intercâmbio no âmbito de cooperação ambiental e de acções de formação, com o objectivo de elevar continuamente o nível de cooperação.

O Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF) que confirma Macau um papel importante como um interlocutor “verde” entre vários países do mundo e o interior da China. Na quinta edição do MIECF, que será realizada em 2012, continuar-se-á a promover Macau como plataforma de cooperação e intercâmbio da indústria verde para a região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e outros países do mundo, a par da divulgação das ideias de protecção do ambiente.

8.1.8 Garantir a segurança no abastecimento de água, construir uma cidade economizadora de água

Neste momento, as partes de Guangdong e de Macau estão a desenvolver e estudar a construção de uma rede de fornecimento de água a Macau com vista a garantir a segurança no abastecimento de água a Macau. Em 2012, as Partes de Guangdong e de Macau irão desenvolver a cooperação no âmbito de estudo sobre a viabilidade de construção de uma rede de abastecimento de água que é canalizada directamente no Cotai (Macau) através da Ilha de Montanha, de forma a articular-se com as necessidades do desenvolvimento global das redes de abastecimento de água de Macau.

O novo Mecanismo Regulador de Tarifas de Água Canalizada entrou em vigor em 2011. Para avaliar o resultado do referido mecanismo, no início de 2012, iniciaremos uma investigação sobre o resultado produzido pelo Mecanismo Regulador de Tarifas de Água Canalizada, no sentido de conhecer as alterações dos hábitos dos utentes, e consequentemente da implementação das novas tarifas de forma a proporcionar uma referência científica para o futuro desenvolvimento do mecanismo de tarifas de água. Entretanto, com vista a formar uma consciencialização para a poupança de água, para além de sensibilizar continuamente, para a poupança de água nos postos fronteiriços através das informações turísticas, em cooperação com os hotéis de grande dimensão locais, iremos lançar o “plano de poupança de água nos hotéis”, a tomar continuamente medidas de poupança de água, dando resposta ao plano de poupança de água em Macau.

Com vista a implementar o plano de aproveitamento de água reciclada definido no Programa de Poupança de Água de Macau, em 2012, iremos divulgar prioritariamente o uso de água reciclada e acompanhar o projecto-piloto do aproveitamento de água reciclada no Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Montanha e nos bairros novos comunitários de Seac Pai Van, em Coloane, no sentido de desenvolver o uso de água reciclada em novas zonas em Macau.

Continuaremos a acompanhar os trabalhos relativos ao “Estudo sobre o plano director para o desenvolvimento de água reciclada em Macau”. De acordo com a realidade de Macau e as respectivas exigências técnicas, vamos elaborar um texto para consulta do “Estudo sobre o planeamento director para o desenvolvimento de água reciclada em Macau”. Entretanto, ir-se-á trabalhar com empenho na constituição do regime de gestão de água reciclada, na divulgação do uso de água reciclada e através de actividades educativas, levar a que a so-

cidade seja sensibilizada para conhecer melhor o âmbito de aplicação de água reciclada, as exigências técnicas do material de condutas e respectiva instalação.

8.2 Políticas energéticas

Em 2012, ir-se-á aprofundar os planos de cooperação regional e concretizar o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no sentido de garantir a segurança, estabilidade, protecção do ambiente e economia do fornecimento energético, fortalecendo a capacidade de interligação e transmissão das redes eléctricas interna e externa. Será concluída a construção das infra-estruturas de abastecimento eléctrico ao novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha. Terminará a auscultação pública sobre o novo sistema tarifário de electricidade e iniciar-se-á a revisão da legislação. Iniciar-se-ão as obras de construção da rede de gás de cidade para o fornecimento de gás. Além disso, continuar-se-á a promover a eficiência e a conservação energética, bem como a aplicação das energias renováveis.

8.2.1 Avanço na reforma do mercado eléctrico e garantia de transmissão segura e estável da electricidade

De acordo com as necessidades do plano urbanístico dos novos aterros urbanos e com os conteúdos específicos do “Protocolo de Cooperação no Âmbito da Electricidade, 2010-2020”, continuar-se-á a rever, repetidamente, o programa do plano de transmissão bem como a discutir, com a *China Southern Power Grid Corporation Ltd.*, como reforçar as interligações das redes, a fim de elevar a capacidade do fornecimento seguro de electricidade, de Macau. Por outro lado, quanto à utilização de subestações subterrâneas, ir-se-á, com base no estudo de 2011, continuar a estudar a possibilidade de alteração da legislação e dos diplomas relacionados, em que se inclui o “Regulamento de Segurança contra Incêndios” e outros diplomas relacionados com construção, para fazer face às necessidades de construção de subestações subterrâneas, a fim de conseguir o melhor aproveitamento de terras.

Em resposta à reforma do mercado de electricidade e à abertura do mercado no segmento a montante, ir-se-á, em 2012, começar a estabelecer o novo mecanismo de funcionamento do mercado. Para tal, será necessário elaborar e aperfeiçoar os diversos diplomas essenciais, necessários ao funcionamento do mercado de electricidade, tais como, a “Lei de Bases da Electricidade” e o “Regulamento da Rede Eléctrica”, envolvendo trabalhos para o seu esboço e consulta, definir o enquadramento legal e o regime necessário, em que se inclui a garantia do fornecimento seguro de electricidade, o mecanismo de licenciamento, o mecanismo de concorrência justa, a interligação das redes e, o funcionamento, manutenção e desenvolvimento da rede pública, entre outros, e ainda, definir, com clareza, os objectivos das políticas do Governo da RAEM e os direitos e deveres dos participantes do mercado, para construir um ambiente de mercado claro, ordenado e justo. Iremos esforçar-nos por concluir, neste ano, os trabalhos de esboço dos dois regulamentos, lançando consultas públicas no início de 2013. Além disso, irá terminar a revisão do esboço do “Regulamento de Segu-

rança Técnica das Interligações da Rede Pública de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão”, e fazê-lo entrar no processo legislativo.

No intuito de articular com o desenvolvimento social, ir-se-á proceder à revisão do sistema tarifário, que é usado há longo tempo. Em 2011, foi elaborado o documento de recolha de opiniões sobre o novo projecto de regime de preços de electricidade para consulta da opinião da sociedade, o qual forneceu duas propostas de alteração ao regime. Em 2012, continuar-se-á a auscultar as opiniões e as sugestões sobre o novo regime de preços de electricidade, junto de todos os sectores, desenvolvendo-se esforços no sentido de estabelecer, no corrente ano, o novo programa de preços de electricidade, para residentes, pequenas e médias empresas e outros utentes comerciais e industriais, e seguidamente, iniciar-se-á, de imediato, o processo de alteração da legislação necessária, implementando-se, o mais rápido possível, as novas tarifas, para otimizar ainda mais o regime tarifário.

Para benefício do público em geral, minimizando, em especial, a carga tarifária dos cidadãos de baixos recursos.

De acordo com as disposições do contrato de concessão, iremos continuar a supervisionar, rigorosamente, todos os trabalhos relacionados com o fornecimento de electricidade da companhia concessionária de electricidade, especialmente no que respeita à gestão e manutenção da rede e ao aumento da estabilidade da rede e da fiabilidade do serviço.

8.2.2 Aperfeiçoamento das bases legais do gás de cidade e expansão no âmbito do fornecimento de gás natural

Após a assinatura do contrato de concessão do serviço público de gás de cidade, foram iniciadas as obras de construção da rede de gás de cidade, sendo possível, em 2012, começar a fornecer gás ao Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha e aos clientes da zona da Taipa e Coloane, e expandir, gradualmente, o âmbito de fornecimento de gás, estando planeado o início do fornecimento de gás à Península de Macau para daqui a três anos, e a conclusão da construção das redes de fornecimento de gás principais prevista para daqui a cinco anos.

Em 2012, estarão terminados os trabalhos de definição do preço do gás da rede de gasodutos de gás de cidade. Ao mesmo tempo, irão ser reforçadas, através de diversas formas, a divulgação, a educação e a promoção no domínio da aplicação e da segurança do gás natural. Estão planeadas infra-estruturas relacionadas, a expansão, gradual, do âmbito de aplicação do gás natural.

Quanto ao regulamento dos combustíveis, serão concertados esforços no sentido de concluir o processo legislativo do “Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis”.

Relativamente aos trabalhos de revisão do “Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis” e do “Regulamento Técnico das Redes de Distribuição de Gases Combustíveis”, os mesmos entram no processo legislativo em 2012. Além disso, também irá ser estudada a revisão das “Características Técnicas dos Equipamentos de Abastecimento de Gases Combustíveis Canalizados em Edifícios. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a aperfeiçoar outros padrões técnicos relacionados com o mercado de combustíveis e a estudar as normas técnicas dos camiões tanque de gás natural.

8.2.3 Alargamento da aplicação das energias renováveis e aumento da eficácia da conservação energética no domínio público

Com o fim de promover e expandir a aplicação das energias renováveis, depois do projecto de teste de aplicação de sistemas de aquecimento de água a energia solar, em 2012 continuarão a ser lançados os projectos de teste de aplicação de sistemas de energia solar fotovoltaica. Esperamos poder realizar um balanço sobre os resultados dos testes de sistemas de aquecimento de água a energia solar aplicados em Macau, promovendo-os junto do público e das empresas. Irá ser feito o esboço do “Regulamento de Segurança das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica”, para regular, entre outros, as técnicas de ligação do sistema de energia solar fotovoltaica à rede eléctrica, o sistema de contagem da intensidade e a segurança da instalação, relativamente ao uso da produção de electricidade através da energia solar fotovoltaica.

O “Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos” começou em Julho de 2011, com a implementação total do “Mecanismo de Gestão Energética” nos 54 serviços que participam voluntariamente. Nessa linha em 2012 irá ser entregue o primeiro relatório sobre energia, em que se inclui o estado actual do consumo de energia, os alvos de conservação energética e os planos de conservação energética executados em 2012, entre outros itens. Iremos acompanhar a situação de execução, de acordo com o mecanismo, em cada serviço, e realizar projectos de testes de tecnologias de conservação de energia de sistemas de ar condicionado centrais e de elevadores, entre outros, em serviços seleccionados para o efeito.

Para promover a eficiência energética e a conservação energética, após recolhidos e analisados os resultados dos testes de luzes de rua LED, foi concluída a revisão das “Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública de Macau”, introduzindo critérios sobre as luzes de rua LED. Em 2012, com base nos critérios definidos, iniciar-se-á a substituição gradual de todas as luzes de rua de Macau por lâmpadas de conservação energética tipo LED, substituindo-se cerca de 17 mil lâmpadas. Este trabalho está previsto para ser concluído dentro de cinco anos. Irá ser feita em conjugação com as características das ruas de Macau, escolhendo-se, para tal, postos de iluminação de concepção e estilo esteticamente agradáveis, embelezando, ao mesmo tempo, as ruas de Macau.

8.2.4 Aperfeiçoamento do mecanismo de supervisão da armazenagem provisória de combustíveis e reforço da supervisão das instalações de armazenamento de combustíveis

O depósito provisório de distribuição de combustíveis da Ilha Verde entrou em funcionamento em meados de 2011. O depósito dispõe de dispositivos independentes de alerta de incêndio e de um sistema de controlo 24 horas por dia. O depósito está a funcionar sem problemas, desde o seu início. O acompanhamento e controlo rigorosos, a coordenação e a constante ligação com a indústria e a população local continuarão a ser a base para uma perfeita e eficaz monitorização, de modo a atenuar o receio da população, relativamente à sua segurança.

Ir-se-á reforçar continuamente a inspecção e fiscalização de cada uma das instalações de armazenamento e de abastecimento para garantir e melhorar as condições de segurança já existentes. Através da promoção e informação ao público, à indústria e aos grupos comunitários, sobre a manipulação de combustível e a segurança, procura-se melhorar a eficácia do acompanhamento e supervisão. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a reforçar a comunicação e a cooperação com os sectores relacionados, apoiando-os no sentido do aperfeiçoamento conjunto, do mecanismo de supervisão dos estabelecimentos, na área da indústria e comércio, turismo e restauração, entre outros, garantindo a segurança do público e das instalações e equipamentos.

9. Políticas de Telecomunicações, Correios e Tecnologia

9.1 Política de telecomunicações

Na sequência do rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação nos últimos anos, a prestação de serviços de telecomunicações avançados e de preço razoável aos cidadãos e turistas tornou-se uma condição indispensável para uma cidade moderna. A optimização das instalações de telecomunicações pode não só elevar a competitividade da cidade mas também melhorar a qualidade de vida. Por consequência, é necessário concretizar com a maior rapidez possível a liberalização e a concorrência no mercado das telecomunicações, melhorar as infra-estruturas, introduzir serviços avançados, diversificados e de melhor qualidade, assim como promover a redução das tarifas dos serviços de telecomunicações.

9.1.1 Olhar para o futuro, promover o desenvolvimento sustentável do mercado das telecomunicações

Na sequência da plena liberalização do mercado das telecomunicações e em primeiro lugar, proceder-se-á ao licenciamento das redes públicas de telecomunicações fixas para

que se inicie a construção de redes por partes de novos operadores, durante o ano de 2012, criando ao mesmo tempo as condições para o desenvolvimento dos serviços de convergência e acelerando o processo de licenciamento de prestadores de vários serviços, com vista a fornecer aos cidadãos serviços de telecomunicações diversificados e de melhor qualidade.

Alargar-se-á continuamente a cobertura do “Sistema de banda larga sem fios – WiFi GO”, prevendo-se que até ao fim de 2012 sejam instalados e entrem em funcionamento um número não inferior a 130 pontos de acesso. Ao mesmo tempo, estimularemos o sector local a participar na criação de serviços de aplicações usando o sistema de banda larga sem fios como plataforma, não só elevando o nível técnico, mas também fazendo com que os cidadãos e turistas possam obter serviços de forma mais conveniente.

Com a conclusão do estudo feito pelo “Grupo de trabalho para a regulação dos serviços de antenas comuns”, iremos implementar gradualmente uma solução a que se chegue de forma consensual, por forma a resolver, a longo prazo, o conflito entre a TV Cabo e as companhias de antena comum, criando condições mais favoráveis e espaço de desenvolvimento para a evolução do mercado das telecomunicações.

9.1.2 Consolidar os alicerces, melhorar as infra-estruturas de telecomunicações

Os recursos dos endereços IPv4 foram completamente atribuídos pela Autoridade para Atribuição de Números da Internet (IANA) em 2011, significando o início da fase de implementação da transição de IPv4 para IPv6 da Internet. Vamos dar início aos processos tendentes a elevar os conhecimentos e as habilidades técnicas do sector e das áreas relevantes relativamente a IPv6, a fim de que Macau possa efectuar uma excelente transição de IPv4 para IPv6.

Com o intuito de acompanhar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e a utilização das tecnologias da informação para facilitar o desenvolvimento ou a transformação das pequenas e médias empresas, e tendo em conta que a técnica de utilização informática em nuvem está a ser rapidamente desenvolvida a nível internacional verificando-se a construção das infra-estruturas relevantes nas várias regiões. Iremos investir em 2012 nos recursos para este feito e criar uma plataforma pública para a utilização informática em nuvem, apoiando os serviços de tecnologias da informação necessários às pequenas e médias empresas.

Além disso, o Centro de Informação da Internet de Macau, que é a entidade responsável pela gestão e registo dos nomes de domínio, já entrou em funcionamento e, além de proceder ao estudo sobre a introdução do serviço de registo dos nomes de domínio em língua chinesa e portuguesa, vai ter também em consideração as mais recentes evoluções em matéria de gestão e registo dos nomes de domínio a nível internacional, melhorando oportunamente os trabalhos relevantes em Macau, para dar resposta às exigências de desenvolvimento dos serviços de Internet, promovendo o desenvolvimento estável do serviço.

Em 2012, após a plena liberalização do mercado das telecomunicações, iniciar-se-á a revisão da “Lei de Bases das Telecomunicações” a fim de acompanhar com a regulação dos serviços de convergência, a salvaguarda da concorrência leal e os padrões dos serviços prestados aos utilizadores pelos diversos operadores, etc.

9.2 Política Postal

De acordo com o princípio “servir melhor a população”, torna-se necessário potenciar o sector postal, reforçar a equipa dos Correios, otimizar as suas infra-estruturas, elevar a qualidade e a eficiência da prestação dos serviços, fazendo com que contribuam para o desenvolvimento socio-económico de Macau.

9.2.1 Optimizar as infra-estruturas e a qualidade dos serviços

Acompanhando a evolução que a nível global os serviços postais têm vindo a sofrer, os Correios vão focar-se numa maior e melhor aplicação das técnicas do sistema de Identificação por Rádio Frequência (RFID) no tratamento de objectos postais, criando condições para o aumento da qualidade do serviço postal.

Será implementada, de forma faseada, a utilização do sistema automático dos serviços de balcões, lançado o serviço “One Stop” de “Balcão Automático” e aplicado o Sistema Postal Internacional (IPS), desenvolvido pela União Postal Universal, a todas as áreas postais.

Procurar-se-á oferecer ao público uma rede mais conveniente e mais completa de serviços através de novas instalações e serviços postais, designadamente: oferta de serviços de levantamento de correio registado na Estação Postal de Almirante Lacerda; ampliação do espaço de recepção da Estação Central para instalação de um balcão de serviços financeiros da Caixa Económica Postal, com serviços de câmbio e de transferência de fundos; instalação de uma loja/galeria de exposições filatélicas no Largo do Lilau; e instalação de uma estação postal no novo Campus da Universidade de Macau, na Ilha da Montanha, com serviços de distribuição postal.

Para dar continuidade à política de governo electrónico da RAEM, promover-se-ão mais serviços públicos a utilizar a plataforma de pagamento electrónico via cartão de crédito da Caixa Económica Postal (CEP) e far-se-á uma maior promoção junto dos serviços públicos e das empresas sobre o serviço de certificação electrónica. Serão criadas condições para o desenvolvimento do Comércio Electrónico e Governo Electrónico promovendo, junto dos diferentes sectores, o Serviço Público de Carimbo Postal Electrónico Certificado, garantindo a integridade, a validade cronológica e a autenticidade das mensagens ou documentos electrónicos.

9.2.2 Desenvolver o papel de Macau como plataforma de serviços postais e promover as potencialidades do sector

Os Correios de Macau irão participar na Assembleia Geral da AICEP – Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a ter

lugar no Brasil, em 2012, bem como no fórum e noutras actividades relacionadas com o evento, com o objectivo de desenvolver o papel de Macau como plataforma no sector postal, elevando o seu estatuto internacional. Aproveitando também a oportunidade de os Correios Nacionais serem os organizadores da Conferência do Conselho Executivo da União Postal da Região Ásia-Pacífico, a ter lugar em Hong Kong, no próximo ano, os Correios de Macau participarão na co-organização do evento, com o intuito de incrementar os contactos com a rede postal internacional.

Paralelamente, participarão activamente nos trabalhos do Grupo de Utilizadores dos Serviços Electrónicos Avançados da Cooperativa Telemática subordinada à União Postal Universal, definindo e executando os trabalhos necessários para o desenvolvimento de Serviços Electrónicos Postais Seguros.

9.3 Política da Ciência e Tecnologia

O Governo da RAEM continua a esforçar-se pela promoção do desenvolvimento das ciências e da tecnologia em Macau e pela criação de uma atmosfera de inovação, elevando o conhecimento científico dos residentes locais.

9.3.1 Avançar na divulgação da ciência e apoiar projectos de estudo científico

Conforme o estabelecido pelo “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, o Ministério das Ciências e da Tecnologia da China mantém o seu apoio à realização, em 2012, da Semana de Ciência e Tecnologia em Macau, bem como à organização de visitas de estudo para divulgação da ciência destinada a professores e de campos de férias para estudantes de divulgação da ciência, orientando os professores e os estudantes que “amam, estudam e utilizam as ciências” de forma a criar uma cultura e uma atmosfera favoráveis ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia.

O Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia vai estudar e implementar uma estratégia para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em Macau. Este estudo procurará que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia possa promover o desenvolvimento da economia de Macau, aumentar a produtividade local, bem como a qualidade de vida dos residentes. Os resultados que se obtenham são uma importante referência para a formulação de uma política para ciência e a tecnologia num futuro.

Continuará o apoio financeiro à divulgação da ciência e à realização de estudos científicos, de acordo com o “Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro” aperfeiçoando-se a fiscalização dos procedimentos do apoio e as qualidades dos projectos correspondentes ao planeamento, garantindo que os apoios financeiros concedidos sejam utilizados nos seus usos específicos.

9.3.2 Reforçar cooperação e o intercâmbio com o exterior e apoiar os laboratórios de referência do Estado

Através do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, recomendamos cientistas de Macau a fazerem parte dos grupos de especialistas do planeamento das ciências e da tecnologia e de especialistas da avaliação dos prémios das mesmas áreas; melhorámos os grupos de trabalho responsáveis para uma cooperação eficaz; discutimos a cooperação relativa ao apoio financeiro do estudo científico com o Ministério das Ciências e da Tecnologia da China, a província de Guangdong, a Fundação Nacional de Ciências Naturais, etc. A par disso, cooperamos com o Conselho da Fundação Nacional de Ciências Naturais, a Academia das Ciências da China e a Associação das Ciências e da Tecnologia da China na criação do grupo especializado de avaliação de projectos.

Iremos continuar o apoio, em 2012, à construção dos laboratórios de referência do Estado em Macau, incluindo a aquisição de instrumentos e equipamentos e a formação de líderes, bem como lançar estudos na área académica.

Com a aplicação do Regulamento dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, desde 2011 começamos a receber as inscrições para atribuição de prémios para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia e vem-se procedendo à respectiva avaliação de forma a atribuir os prémios em 2012.

Simultaneamente, iniciaremos os processos de recomendação de académicos locais para competirem na atribuição dos prémios para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia da China e da Fundação Ho Leung Ho Lee.

Manteremos permanentemente o contacto estreito com o Ministério das Ciências e da Tecnologia da China e as províncias e região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Conforme o “Acordo para a Cooperação Guangdong-Macau nas Áreas da Ciência e Tecnologia”, o “Acordo para a Cooperação Hunan-Macau nas Áreas da Ciência e Tecnologia” e o “Acordo para a Cooperação Fujian-Macau nas Áreas da Ciência e Tecnologia”, promoveremos a cooperação com estas províncias, buscando oportunidades de cooperação nas áreas científicas e tecnológicas e aumentando a capacidade de Macau nas mesmas áreas.

Apesar dos contactos mencionados, mantemos também uma relação estreita com a Associação das Ciências e da Tecnologia da China, apoiando os seus importantes recursos da divulgação da ciência, por forma a estimular a divulgação em Macau, no futuro.

10. Conclusão

A tutela da área para os Transportes e Obras Públicas relaciona-se de uma forma profunda com o bem-estar da população e, por conseguinte, cada objectivo assumido influencia os sectores da sociedade, sendo alvo da máxima atenção da população de Macau.

Nesta linha, a sociedade supervisiona fortemente a nossa actuação, impulsionando ao mesmo tempo os nossos trabalhos.

Em 2012, iremos continuar a seguir a filosofia do Governo da RAEM “continuar as acções governativas herdadas do passado acrescido ainda de ideias inovadoras”, e a assumir a importante tarefa de promover a construção, o desenvolvimento, a integração regional e a ampliação do espaço urbano de Macau, desenvolvendo os trabalhos assumidos nas áreas de cooperação regional, planeamento urbano, gestão de solos, edificação urbana, trânsito e transportes, protecção do ambiente, habitação pública, entre outras áreas, contando com a cooperação activa da sociedade no avanço às metas estabelecidas.

O Governo da RAEM está convicto em promover a diversificação adequada das indústrias e elevar a qualidade de vida da população. Para esse efeito, iremos proceder a trabalhos de acompanhamento na ligação das infra-estruturas regionais e nas edificações urbanas.

Sabemos que será um ano cheio de desafios para a actuação governativa, mas a equipa desta área de governação irá ser firme, confiante e pragmática e honestamente executará de forma séria, global e eficiente os trabalhos prometidos nas acções governativas.

Estamos confiantes que, com o apoio da população avançaremos no caminho da realização de um Futuro melhor para Macau.